



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL–UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS–IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA–PPGCP

LUIZINHO JORGE CÁ

**DESAFIOS DEMOCRÁTICOS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE AS
PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DESDE A PERSPECTIVA DA CULTURA POLÍTICA**

Porto Alegre–RS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZINHO JORGE CÁ

**DESAFIOS DEMOCRÁTICOS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE AS
PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DESDE A PERSPECTIVA DA CULTURA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação apresentado ao Departamento da Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre–RS

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Cá , Luizinho Jorge
Desafios democráticos na Guiné-Bissau: um estudo sobre as produções bibliográficas desde a perspectiva da cultura política / Luizinho Jorge Cá . -- 2023.
52 f.
Orientador: Alfredo Alejandro Gugliano.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Democracia. 2. Desafios. 3. Bibliografias. 4. Guiné-Bissau. I. Gugliano, Alfredo Alejandro, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUIZINHO JORGE CÁ

DESAFIOS DEMOCRÁTICOS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE AS
PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DESDE A PERSPECTIVA DA CULTURA POLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação
apresentado ao Departamento da Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para
a obtenção do título Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre–RS, 17/03/2023

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf Gonzalez
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Cesar Luciano Filomena
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O processo de democratização da República da Guiné-Bissau teve o seu início nos anos de 1990, com maior impacto em 1994, data de realização das primeiras eleições multipartidárias. Até 2023, a Guiné-Bissau vivenciou um período de 29 anos de profunda fragilidade democrática, caracterizada por golpes de estados, conflitos políticos-militares (guerra civil), constantes derrubes e mudanças de governos, assassinatos do Presidente da República, assassinatos de várias líderes militares e demais violências políticas. O conjunto dessas trucidâncias minou o regular funcionamento das instituições do Estado, pondo em causa o regular funcionamento do regime democrático na Guiné-Bissau. Estes fatores fizeram da Guiné-Bissau um campo muito fértil para pesquisadores das temáticas relacionadas a instabilidade do regime democrático. Esta dissertação tem como objetivo entender as principais linhas de abordagens e das conclusões contidas em quarenta (40) textos científicos sobre a democracia na Guiné-Bissau, escritos por trinta (30) autores de diferentes formações acadêmicas e de diferentes nacionalidades. Considerando a natureza da temática e o objetivo da pesquisa foi empregada a metodologia qualitativa caracterizada fundamentalmente pela revisão bibliográfica amparada, em partes, pelo método quantitativo. O resultado de análise realça a relevância das referências revisadas para a compreensão da cultura política na Guiné-Bissau, reconhecendo que a debilidade da democracia na Guiné-Bissau é influenciada por vários fatores tais como: a sobrevivência dos rastros do autoritarismo colonial nas estruturas do Estado guineense, impacto das intervenções militares nos assuntos políticos, as disputas entre grupos étnicos, a influência dos partidos políticos sobre as instituições e os problemas inerentes ao contexto da implementação do liberalismo político na Guiné-Bissau. E, por outro lado, o trabalho ratificou a contribuição do Sistema do Ensino brasileiro e da Ciência Política brasileira na produção do conhecimento em relação aos problemas da democracia na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Democracia. Desafios. Bibliografias. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The process of democratization in the Republic of Guinea-Bissau began in the 1990s, with the greatest impact in 1994, when the first multi-party elections were held. Until 2023, Guinea-Bissau experienced a period of 29 years of profound democratic fragility, characterized by coups d'état, political-military conflicts (civil war), constant overthrows and changes of governments, assassinations of the President of the Republic, assassinations of several leaders military and other political violence. The set of these truculence undermined the regular functioning of State institutions, jeopardizing the regular functioning of the democratic regime in Guinea-Bissau. These factors made Guinea-Bissau a very fertile field for researchers on topics related to the instability of the democratic regime. This dissertation aims to understand the main approaches and conclusions contained in forty (40) scientific texts on democracy in Guinea-Bissau, written by thirty (30) authors from different academic backgrounds and different nationalities. Considering the nature of the theme and the objective of the research, a qualitative methodology was used, fundamentally characterized by the bibliographical review supported, in parts, by the quantitative method. The result of the analysis highlights the relevance of the revised references for understanding the political culture in Guinea-Bissau, recognizing that the weakness of democracy in Guinea-Bissau is influenced by several factors such as: the survival of traces of colonial authoritarianism in State structures of Guinea-Bissau, the impact of military interventions on political affairs, disputes between ethnic groups, the influence of political parties on institutions and the problems inherent in the context of the implementation of political liberalism in Guinea-Bissau. And, on the other hand, the work ratified the contribution of the Brazilian Education System and Brazilian Political Science in the production of knowledge in relation to the problems of democracy in Guinea-Bissau.

Keywords: Democracy. Challenges. Bibliographies. Guinea-Bissau.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Autores de textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau (gênero) ----	37
Tabela 2: Autores de textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau (titulação acadêmica) -----	38
Tabela 3: Países de formação acadêmica dos autores de textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau-----	38
Tabela 4: Ocupação dos autores de textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau-----	40
Tabela 5: Países onde atuam os autores dos textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau-----	41
Tabela 6: Nacionalidade das revistas onde foram publicados textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau-----	42
Tabela 7: Quantidade de artigos publicados sobre a democracia na Guiné-Bissau-----	42
Tabela 8: Temática central dos artigos publicados sobre a democracia na Guiné-Bissau----	44

SUMÁRIO

01. INTRODUÇÃO -----	09
02. DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA LITERATURA ESPECIALIZADA -----	14
03. DEMOCRACIA E A HETEROGENEIDADE ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU -----	28
04. MAPEAMENTO SOBRE AUTORES E BIBLIOGRAFIAS REVISADAS -----	37
05. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	45
06. REFERENCIAS -----	49

01. INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau é um país africano situado na costa do Oceano Atlântico. Foi independente do regime colonial português em 24 de setembro de 1973, depois de onze (11) anos de luta armada contra as autoridades coloniais portuguesas. De acordo com Furtado (1998), o slogan difundido durante a luta armada de libertação da Guiné-Bissau transmitia a esperança de que o povo guineense poderia vir a se autogovernar depois da independência. Isso pressupõe dizer que a luta armada era um simples meio, pois o fim era garantir a liberdade e a democratização do povo guineense, (FURTADO, 1998, p. 205).

Porém, logo depois da independência a democracia não foi efetivada no país, isso porque a Guiné-Bissau foi governada por um governo do partido único, composto maioritariamente por militares simpatizantes do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que conduziu a luta armada contra o sistema colonial português, sob liderança de Amílcar Lopes Cabral, assassinado oito meses antes da cerimônia solene da proclamação do novo Estado.

Amílcar Lopes Cabral e os seus colegas fundaram o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido que conduziu a luta armada para a libertação da Guiné-Bissau durante 11 anos. Depois da independência, em 1973, o PAIGC assumiu o governo do país com uma estrutura militar composta por ex-comandantes da luta armada para a libertação nacional. Durante 20 anos no poder, o regime do PAIGC (partido único) foi caracterizado pelo autoritarismo - definido inclusive pela constituição da República.

Entre vários assassinatos e demais acontecimentos antidemocrático que aconteceram na era do partido único registra-se o “caso 17 de outubro”. Este caso aconteceu no dia 17 de outubro de 1985 no qual foram fuzilados e presos vários líderes políticos e militares acusados de tentativa de golpe de Estado. De acordo com Semedo (2021), faz parte do grupo das vítimas deste caso o ministro da Justiça e Poder Local, comandante Paulo Correia, ex-procurador-geral da República o jurista Viriato Rodrigues Pã, chefe da Casa Civil Presidencial Binhanquerem Na Tchanda, comandante Braima Bangura, comandante Pedro Ramos, M'Bana Sambú, Baptista Tagme Na Waie, Wagna Na Fanda, primeiro tenente Pass Kull, major Saié Braia Nhakpa, coronel Laina Cissé, tenente coronel Malam Sany, etc, (SEMEDO, 2021, p. 127).

Neste período, o PAIGC se afirmou enquanto partido-estado, limitando as margens de outras manifestações políticas desvinculadas da sua base política e ideológica. Sobre isso, Santy

(2009) afirmou que a trajetória desse partido, logo após a independência, revela a sua capacidade de controlar a vida social, política e econômica do país, podendo ser claramente associado a seus congêneres totalitários, (SANTY, 2009, p. 26).

A primeira iniciativa em prol da transição de um sistema de partido único para um regime multipartidário na Guiné-Bissau teve início em março de 1983, com a adoção de um programa de estabilização econômica imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que durou três anos (MENDY, 1996) e levou, em 1992, à abolição da carta constitucional de 1984 pela Assembleia Nacional Popular (ANP) que instituiu o PAIGC como único partido político permitido no país (DJAU, 2016, p. 18). Conseqüentemente, a adesão formal ao regime democrático na Guiné-Bissau só veio a se concretizar em 1994 com a realização das primeiras eleições multipartidárias no país. Ou seja, depois de vinte (20) anos da independência e do regime do Partido Único, a Guiné-Bissau se integrou naquilo que Huntington (1994) convencionou chamar de terceira onda de democratização.

Em 2023, a Guiné-Bissau completou quarenta e nove (49) anos da independência, mas apenas vinte e nove (29) anos da democracia, e isso sem conhecer sequer um momento sociopolítico estável. Foram inúmeras as conturbações políticas e institucionais vividas no país: golpes de Estado, guerras civis, constantes deposições de governos, assassinatos de figuras públicas, raptos e espancamentos dos cidadãos críticos ao regime, perseguições contra jornalistas e ativistas políticos. Essas constituem as principais características do sistema democrático guineense.

Essa situação mereceu e ainda merece a inquietação de investigadores e especialistas de várias áreas do conhecimento, em especial, dos cientistas sociais, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, juristas, entre outros, que se dedicaram a pesquisar as principais causas dos entraves, contradições e paralisia democrática nesse país. Em contrapartida, o agudizar dos problemas sociopolíticos na Guiné-Bissau despertou maior interesse dos pesquisadores sobre as temáticas relacionadas com a democracia. Nos últimos doze (12) anos, entre 2011 e 2023, houve um crescimento exponencial de números das produções científicas sobre a democracia na Guiné-Bissau na medida em que cresceram os problemas sociopolíticas e econômicos do país.

Este trabalho trata de uma análise dos debates realizados no campo da cultura política africana a partir de uma revisão bibliográfica que visa entender as principais características das abordagens sobre a democracia na Guiné-Bissau, focalizando a análise em quarentas (40) obras

produzidas por trinta (30) autores, publicadas em diferentes revistas científicas. A análise abrange as publicações feitas antes do ano 2000 e vai até as mais recentes contribuições científicas de 2023. Dessa forma, é feita uma descrição crítica, mas sucinta dos trabalhos analisados, considerando o período, o lugar e os principais objetivos de cada obra, assim como as principais linhas de cada argumentação.

A pluralidade analítica no âmbito científico amparou algumas divergências entre os autores dos trabalhos analisados, tanto no âmbito teórico quanto nas linhas de abordagens. Mesmo assim, é possível considerar que a maioria dos autores dos textos que foram o objeto desta análise se centraram nas seguintes temáticas: a transição política e democrática; valores políticos e cultura política; Estado e governo (executivo, legislativo ou judiciário); as elites políticas e as elites militares guineenses; a sociedade Civil e os movimentos sociais; os partidos políticos e as eleições, entre outros.

Em termos organizativos, além desta introdução e considerações finais, o trabalho está dividido em três seções principais: a primeira seção, Democracia e cultura política na Guiné-Bissau: uma análise da literatura especializada, apresenta as discussões de diferentes autores que analisaram o processo democrático na Guiné-Bissau a partir das questões políticas, culturais, econômicas, históricas, jurídicas, eleitorais e a partir da interferência militar nos assuntos políticos e da governação do país através da coerção ou diretamente por meio de golpes de Estado. A segunda, intitulada democracia e a heterogeneidade étnica na Guiné-Bissau, é a seção na qual foram apresentados os argumentos teóricos dos investigadores que priorizaram aspetos culturais heterogêneos tangentes a diferentes mosaicos étnicos da Guiné-Bissau como foco de análise da configuração democrática no país. E a terceira parte, com o título, Mapeamento sobre autores e bibliografias revisadas, analisa algumas das características centrais dos trabalhos analisados: temáticas que abordam, países onde foram publicados os textos analisados, países de formação acadêmica dos autores dos textos, países de atuação de cada investigador(a), as ocupações dos autores, sexo a que cada autor (a) pertence e as respetivas titulações académicas dos mesmos autores.

Em termos metodológicos, esta dissertação buscou desenvolver uma análise bibliográfica, o que não é exatamente igual a uma revisão bibliográfica, esta última feita em quase em todas as pesquisas científicas. Uma análise bibliográfica cumpre um caminho específico e não aleatória, segundo a interpretação desenvolvida por Lima e Miotto (2007) que enfatizaram o alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de cuidado na escolha e

no encaminhamento dos procedimentos metodológicos neste tipo de pesquisa. Para tal, sugerem os autores, é necessária adoção de critérios explícitos, bem-definidos e passíveis a redefinição à medida que se constrói a busca por soluções ao objeto de estudo proposto, (LIMA e MIOTO, 2007, p. 44).

Na presente dissertação se procurou refletir sobre os problemas que influenciam a instabilidade do regime democrático na Guiné-Bissau, fazendo uma análise sobre as produções científicas que já se debruçaram sobre o assunto. O trabalho buscou privilegiar uma análise explicativa dos principais argumentos dos autores das obras revisadas e as soluções que eles apontaram para a consolidação da democracia na Guiné-Bissau.

Par tal, foram selecionados os artigos que considerei com maior relevância em termos da discussão sobre a democracia na Guiné-Bissau, atendendo não só a qualidade e a consistência científica dos argumentos, mas também a originalidade do discurso empregado em cada obra. Trata-se de um dos primeiros procedimentos desta pesquisa e igualmente, uma das etapas mais fundamentais deste trabalho. O critério adotado para o levantamento bibliográfico seguiu a orientação de Lima e Mioto que definiram o levantamento bibliográfico como a classificação de todo material selecionado como fonte de pesquisa, por exemplo, artigos, textos, etc, (LIMA e MIOTO, 2007, p. 42).

Neste exercício, a leitura sistemática desempenhou um papel fundamental porque faz parte das principais técnicas utilizadas na investigação. É através da leitura que se tornou possível identificar as informações e os dados mais relevantes para a construção deste trabalho que resultou de uma compilação das discussões teóricas e empíricas contidas em quarenta (40) obras selecionadas, bem como verificar as relações entre elas, analisando a contribuição e a consistência dos argumentos de cada trabalho.

Nos últimos anos, a Guiné-Bissau se tornou um dos países africanos no qual as temáticas sobre a democracia ocuparam papel central de debates no campo da Ciência Política. A dedicação de vários pesquisadores em estudar a democracia guineense deve-se principalmente a crise profunda do sistema democrático neste país, fato que no meu entender acelerou o número das publicações sobre essa temática. A análise da confiabilidade dos argumentos e das abordagens desses autores foi um dos critérios importantes deste trabalho. Neste sentido, as leituras das obras foram feitas de forma exploratória, seletiva e crítica, em função de selecionar, classificar e solucionar o principal problema da pesquisa ou testar as suas hipóteses, (SOUSA, et al, 2021. p. 81).

De um modo geral, esta reflexão é predominada pela metodologia qualitativa. Mas, é importante sublinhar que o mesmo procedimento metodológico foi empregado de forma intercalada com alguns elementos que se relacionam com a metodologia quantitativa, o que ajudou bastante, não só na caracterização das obras, mas também, dos seus autores, dos períodos e dos países em que foram produzidas. A caracterização foi feita na base das informações organizadas por meio das tabelas que contribuíram para melhorar a interpretação das obras e dos seus autores por meio dos números e cálculos estatísticos.

A intercalação entre a metodologia qualitativa e quantitativa confirma a perspectiva metodológica de Rezende (2016), que afirmou que não há um único modelo metodológico e teórico que possua, isoladamente, o monopólio legítimo da superioridade analítica na Ciência Política, (REZENDE, 2016, p. 40). De acordo com este autor, a natureza substantiva do conhecimento produzido hoje nessa área é diferente do que era há um quarto de século. Nesse sentido, a Ciência Política passa por uma redefinição de suas bases metodológicas, (REZENDE, 2016, p. 15).

Atualmente, os meios digitais constituem canais fundamentais de divulgação e circulações das informações e a internet constituiu um elemento muito indispensável para a realização de qualquer tipo de pesquisa. Em outras palavras, “[...] em uma época na qual as novas tecnologias aceleraram as comunicações, vemo-nos diante das possibilidades e dos problemas potenciais da utilização da Internet com propósitos de realização de pesquisa [...]”, (MAY, 2004, p. 228). No meu caso, a internet serviu como um dos importantes suportes tecnológicos para o desenvolvimento desta pesquisa, isso porque quase noventa e cinco por cento (95%) dos textos objetos desta abordagem foram acessados através de diferentes páginas, periódicos e revistas disponíveis na internet.

O amparo da internet na pesquisa foi também reconhecido por Uwe Flick (2009) que ao refletir sobre a relação entre o procedimento metodológico qualitativo e o uso da internet sublinhou que “muitos dos métodos qualitativos existentes vem sendo transferidos e adaptados às pesquisas que utilizam internet como ferramenta, como fonte ou como questão de pesquisa [...]”, (FLICK, 2009, p. 32).

Em resumo, a organização e sistematização das informações deste trabalho resultou da definição da crise democrática na Guiné-Bissau como principal fio de análise, na qual foram feitos levantamentos, leituras críticas e a interpretação de dados dos trabalhos estudados. Na base deste percurso foram criadas as condições para tecer as principais conclusões desta análise

bibliográfica, buscando dialogar com diversas perspectivas de abordagens com maior foco em análises descritivas e prescritiva em relação aos principais acontecimentos que marcaram a história política da Guiné-Bissau.

02. DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA LITERATURA ESPECIALIZADA

Este trabalho versa-se sobre quarenta (40) produções científicas escritas que debateram temáticas relacionadas com a problemática da democracia e da cultura política na Guiné-Bissau. Sobre a questão cabe dizer que nem todos os autores analisados explicitam essa relação, contudo é perceptível que todos os textos estudados se relacionam com problemáticas presentes nos estudos atuais da cultura política.

Em épocas e lugares diferentes, os autores dos referidos trabalhos analisaram o processo da democratização na Guiné-Bissau sob diferentes perspectivas, construindo linhas de abordagens diferentes. Para compreender as contribuições destes autores sobre a crise da democracia na Guiné-Bissau, segue-se nesta seção as descrições das principais ideias de cada obra. Nos seus trabalhos alguns investigadores elegeram a formação do Estado guineense como o foco de análise, outros recuperaram o período colonial português e da luta de libertação nacional para discutir a instabilidade do sistema, alguns focalizaram as suas análises sobre a intervenção do poder militar nos assuntos políticos, outros priorizaram o contexto político e socioeconômico pelo qual decorreu a transição democrática no país, outros abordam a temática sob ótica do papel da Sociedade Civil guineense e poucos destes autores refletiram sobre a influência dos mosaicos étnicos em relação ao estado em que se encontra a democrática guineense. Apesar de algumas discordâncias entre abordagens dos autores (algo muito salutar para o debate científico), os posicionamentos destes investigadores comungaram-se na busca de respostas teóricas e empíricas para os problemas sociopolíticos que assolaram e assolam a Guiné-Bissau.

Por exemplo, Carlos Cardoso (1995; 2002) vem se dedicando a analisar as profundas mudanças institucionais na Guiné-Bissau decorrentes do processo da transição política de um regime de partido único para uma democracia liberal. Apresenta, em seus trabalhos, uma análise sobre o papel dos primeiros partidos políticos da oposição guineense e o complexo contexto econômico e sociopolítico a partir do qual a Guiné-Bissau aderiu ao sistema democrático;

especialmente argumentou sobre as contradições internas no PAIGC que dificultaram a adesão do partido ao multipartidarismo. Além disso, estudou o primeiro processo eleitoral guineense que aconteceu em 1994, testando a geografia do voto com o foco no que o autor caracterizou como “voto étnico”.

Para isso, ele partiu do pertencimento étnico dos dois candidatos mais votados e analisou a quantidade dos votos obtidos por cada um deles na região que comporta o maior número de habitantes que pertencem ao mesmo grupo étnico de cada candidato. Além disso, ele analisou as dinâmicas sociopolíticas que marcaram a construção e reconstrução do Estado da Guiné-Bissau através de uma análise teórica da história política guineense. Um período que perpassa o século XIX, o período colonial e até a época em que a Guiné-Bissau aderiu o sistema democrático liberal, nos anos de 1990.

Já Monteiro (2011, 2013) se debruça sobre a construção da nação guineense a partir da descrição dos principais eventos que marcaram o processo colonial e a resistência dos povos autóctones. A partir da análise da história da luta pela independência, a investigadora relatou como decorreu o processo de construção da identidade nacional guineense, refutando algumas narrativas que reforçam uma ideia de passividade dos nativos da Guiné-Bissau perante o poder colonial, enfatizando a necessidade de avançar na elaboração de novas perspectivas sobre a dominação colonial e a resistência local.

Também Monteiro (2013) procurou demonstrar como se deu a construção da identidade nacional da Guiné-Bissau, num contexto marcado pela heterogeneidade étnica. Desse modo, autora analisou o processo de construção nacional da Guiné-Bissau sublinhando o debate em torno dos desafios de mediação de diferentes perspectivas culturais dos grupos étnicos no país no período que abrange 1959 até 1994. Para ela, a formação do Estado nação na Guiné-Bissau teve início a partir do período da invasão portuguesa que impulsionou a solidariedade e a resistência dos nativos. Este processo de resistência ganhou mais força com o projeto de Unidade Nacional fomentado por Amílcar Cabral e Rafael Barbosa.

Santy (2009), por sua vez, analisou os avanços e entraves que marcaram a transição democrática na Guiné-Bissau no período de 1994 a 2009, tendo escolhido como ponto focal o papel de militares e civis no controle do poder estatal no país. Neste sentido, o autor abordou o processo histórico da construção da democracia guineense, descreveu os eventos antidemocráticos que ocorreram no país, tais como: os sucessivos golpes de Estado conduzidos por militares, assassinatos, perseguições, prisões arbitrárias e derrubes dos governos

democraticamente eleitos. Com base nisso, fundamentou o que ele convencionou chamar de “contradições inerentes à alternância entre períodos autoritários e democráticos”.

Ademais, o mencionado autor sublinha que apesar da Guiné-Bissau já ter efetivado a transição do regime de partido único para o multipartidarismo, no país ainda não existe uma democracia efetiva, especialmente pela persistência da tutela militar sobre o poder civil. Apesar de ter reconhecido alguns sinais de avanço do regime democrático na Guiné-Bissau, inerentes à participação cidadã no ato da votação, o autor apontou para a necessidade de democratizar as principais forças políticas civis e militares da Guiné-Bissau com único caminho para concluir o processo de transição democrática no país.

Em 1996, dois anos depois da realização das primeiras eleições democráticas na Guiné-Bissau, Peter Karibe Mendy fez um dos primeiros estudos sobre a democracia no país, com o título *Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Nessa obra, o autor refletiu sobre o contexto social e político em que a Guiné-Bissau aderiu ao sistema democrático liberal, tendo criticado os arranjos financeiros das agências internacionais que visavam condicionar a adesão dos países africanos recém-independentes do colonialismo ao liberalismo político e econômico. Em função disso, Mendy (op. cit.) considerou que a transição democrática na Guiné-Bissau não foi efetivada.

Boa parte da literatura sobre a democracia na Guiné-Bissau elegeu o contexto de transição política como o ponto de partida da crise democrática. Essa perspectiva de análise foi fortalecida pelos argumentos de Bijagó (2017) que sublinhou o papel coercitivo que as agências internacionais, nomeadamente, o Banco Mundial, os Fundos Monetários Internacionais através do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) desempenharam sobre a democratização dos países africanos que se independentizaram no século XX, em especial a Guiné-Bissau. Em especial, ele sublinhou as vicissitudes dos processos eleitorais africanos, apesar de eles sempre terem contado com a vigilância da comunidade internacional. Ao longo do texto em questão, o autor destacou que os valores da democracia liberal foram incorporados na Guiné-Bissau num contexto de fragilidade política e institucional, assim como de empobrecimento da população.

Na parte conclusiva do seu texto, Bijagó (2017) sublinhou as dificuldades da transição política na Guiné-Bissau, assinalando os desafios socioeconômicos do país como um dos principais fatores que prejudicam a sua democratização. De acordo com o autor, os referidos problemas impulsionaram sucessivos golpes de Estado na Guiné-Bissau, uma vez que a luta política nesse país explica a necessidade de a sociedade lutar pela busca de melhores condições

de vida. Contudo, os militares golpistas impulsionaram golpes políticos em colaboração com uma parcela da elite política visando se apoderar dos bens públicos, incorporando benefícios aos seus patrimônios privados.

O trabalho de Proença (2003) analisou as implicações do Programa de Ajustamento Estrutural sobre a vida socioeconômico dos habitantes da cidade de Bissau no período que compreende de 1986 a 2001. A reflexão do autor enquadra-se nos debates tangentes à implementação da democracia na Guiné-Bissau, uma vez que a instituição deste regime foi acompanhada não só por condicionantes políticos, mas também pela imposição ideológica de valores subjacentes ao modelo econômico liberal. Dessa forma, o autor (2003) argumentou que os efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural sobre a vida dos habitantes do capital guineense foram perversos.

Ou seja, ao invés de aliviar as dificuldades econômicas dos moradores de Bissau, o efeito do referido programa elevou o custo de vida na cidade, contribuindo para a degradação da situação econômica de várias famílias. Os gráficos e tabelas apresentados no referido texto confirmam uma tendência crescente de dificuldades econômicas dos habitantes da zona urbana de Bissau, impactando negativamente na qualidade da alimentação e na saúde dos seus habitantes. Algo que diz muito sobre a democracia na Guiné-Bissau.

Ainda nesta linha de abordagem registra-se a contribuição de Jaurá (2004) que analisou o dilema que marcou a transição democrática nos países da África lusofonia (Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe). O autor reconhece que as transições democráticas nos países mencionados continuam ainda inacabadas tendo em conta os desafios econômico, políticos e sociais que estes países enfrentam.

De acordo com Jaurá (2004), a violência política é latente nestes países e a democracia é ainda entendida como um processo que se limita apenas ao processo eleitoral. O autor sublinhou os percalços para a construção de uma identidade nacional na lusofonia africana associada a diferenças étnicas e socioculturais. Além disso, Jaurá (2004) considerou que os países da África lusófona desviaram da orientação econômica e ideológica que sustentou os seus processos emancipatórios em prol da política e economia capitalista através de adesão ao modelo democrático liberal. Na visão deste investigador, o referido desvio ideológico teria influenciado a instabilidade política nestes países e inclusive na Guiné-Bissau.

Através do seu estudo sobre a instabilidade política na Guiné-Bissau, Carvalho (2014) ponderou sobre os desafios da consolidação da democracia na Guiné-Bissau com base na história da construção da nação guineense, fenômeno que abrange o período da luta pela independência do país até a era democrática. A autora contextualizou os debates em torno dos processos eleitorais da Guiné-Bissau indagando, por meio das entrevistas, o sentimento dos povos guineenses diante das diversas eleições que foram realizadas no país, mas que não tiveram os seus resultados respeitados, assim como o posicionamento dos organismos internacionais diante dessa situação.

Para a autora, contrariamente ao que deveria acontecer num país democrático, os valores democráticos não são incorporados na democracia guineense. Por isso, ela afirmou que a instabilidade democrática é praticamente uma regra institucional na Guiné-Bissau, é uma norma de convivência diária que se estabeleceu devido a persistência da constante subversão da ordem constitucional do país. No texto se percebe que os entrevistados têm esperança nos processos eleitorais e no desenvolvimento do país, porém têm ressentimentos sobre os posicionamentos das organizações internacionais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a resolução dos conflitos políticos na Guiné-Bissau.

Na sua participação no XXVIII Simpósio Nacional de História, em 2015, na cidade de Florianópolis-SC, no Brasil, Dr. Manuel Jaurá, refletiu sobre a fragilidade democrática no continente africano, em especial na Guiné-Bissau, tendo rebatido sobre assassinatos político-militares, golpes de Estado, perseguições políticas e climas de tensões que sempre caracterizou o ambiente político guineense. O autor avaliou as diferenças entre os acontecimentos políticos que caracterizaram a Guiné-Bissau na era do partido único e os acontecimentos que caracterizaram o período democrático. No final da sua comunicação, Jaurá (2015) concluiu que não existe muita mudança em relação as características dos dois momentos políticos na Guiné-Bissau (partido único e democrático), porque ambos estão carregados de acontecimentos muito violentos e fortemente demarcados pelo autoritarismo político.

De acordo com Jaurá (2015), a Guiné-Bissau aderiu a democracia apenas no plano formal, mas no ponto de vista prático o país continua enquanto portador dos traços autoritários, porque o poder estatal continua operando na base de injustiça e os resultados eleitores são sistematicamente violados. No seu trabalho, o autor referiu a dependência política e econômica

pela qual a África foi submetida pela civilização ocidental, acreditando no renascimento africano autônomo como a possibilidade para a promoção da estabilidade no continente.

Os partidos, enquanto organizações políticas competitivas, desempenham um papel fundamental no cenário democrático, portanto, entender o comportamento partidário é importante para a compreensão das causas da instabilidade democrática na Guiné-Bissau. Neste sentido, Semedo (2021) dedicou-se a investigar os problemas sociopolíticos da Guiné-Bissau, analisando as dinâmicas interna do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que dirigiu a luta da libertação nacional do país e, no momento atual, continua sendo o principal partido político da Guiné-Bissau.

A reflexão desse autor buscou entender as principais motivações que levaram o PAIGC a enfrentar enormes dificuldades na execução dos seus programas de governo, mesmo o partido possuindo o monopólio do aparelho estatal guineense. Assim sendo, ele fez uma revisão sistemática dos principais acontecimentos históricos da Guiné-Bissau e da trajetória política desse partido, abrangendo o período que vai da ocupação colonial portuguesa, passando pela luta armada da independência e o período de abertura política, isso já nos anos de 1990.

De acordo com Semedo (2021), o PAIGC teve dificuldades de executar os seus programas de governação devido às fortes contradições e conflitos internos que ganharam maior visibilidade com a ruptura entre ala cabo-verdianas e a ala guineense do partido em 1980. Ademais, ocorreu um forte enraizamento do sentimento do ódio étnico, fenômeno que ganhou maior proporção no seio das estruturas das Forças Armadas, dominadas majoritariamente pelo grupo étnico Balanta; em paralelo a essa dominação cresceu o medo do que essa hegemonia representasse uma maior opressão das outras identidades étnicas.

Por fim, cabe ainda mencionar a herança da cultura de violência política advinda do sistema de exploração colonial que ainda estava presente no sistema partidário do país. Nas suas conclusões, Semedo (2021) sublinhou que foi um erro acreditar que apenas o PAIGC, enquanto a única força dirigente da sociedade guineense, seria capaz de desenvolver a democracia na Guiné-Bissau, isso apesar da inquestionável importância desse partido na história política nacional.

Por sua vez, Mbundé (2017) tentou entender as principais causas de constantes instabilidades do regime democrático na Guiné-Bissau, apontando o comportamento dos partidos políticos e a influência do sistema partidário no cenário político e democrático como

pontos focais de análise. O autor analisou também a questão do financiamento partidário, buscando entender a origem dos fundos que os partidos políticos usavam para financiar as suas atividades eleitorais e políticas na Guiné-Bissau.

No seu trabalho, Mbundé (2017) sublinhou que, na Guiné-Bissau, as agendas pessoais e partidárias se sobrepõem às leis nacionais, fortalecendo a influência que os partidos políticos exercem sobre as instituições do país. Desse modo, a luta pela sobrevivência partidária e a manutenção dos cargos políticos dos militantes dos principais partidos políticos condicionam os posicionamentos das formações políticas face a violação ou defesa das normas democráticas, gerando fragilidade institucional.

É de suma importância sublinhar as contribuições de Bwock (2016) que se debruçou sobre catorze anos da crise político na Guiné-Bissau (1998 a 2012), investigando as causas da instabilidade política que ainda perdura no país. Para tal, a autora analisou o processo de construção da nação guineense e os principais acontecimentos que afetaram a formação de instituições políticas democráticas como, por exemplo, golpes de Estado e assassinatos de figuras lideranças políticas que muitas vezes se encontravam em ascensão (militares e civis).

Para Bwock (op. cit.), os problemas políticos na Guiné-Bissau são consequência direta do colonialismo, muito especialmente a Conferência de Berlim de 1984-1985, na qual as potências imperialistas dividiram o território africano nos atuais países, influenciando os acontecimentos e conflitos políticos na África, em especial, na Guiné-Bissau. A título de exemplo, a autora apontou o contencioso fronteiro que envolve a Guiné-Bissau e a República do Senegal sobre a exploração do petróleo situado na zona de exploração comum, situada na zona fronteira que divide o território guineense do território senegalês.

Os debates sobre a transição política e a construção do Estado da Guiné-Bissau permeiam o objeto de análise de muitos autores sobre a crise da democracia na Guiné-Bissau.

Focada nesse aspecto, a abordagem de Sucuma (2017) realçou a discussão sobre o processo histórico da construção do Estado da Guiné-Bissau, acentuando os olhares sobre os desafios que atropelaram o desenvolvimento sociopolítico e econômico do país após o processo de independência. O seu estudo (2017) pretendeu identificar a melhor maneira de travar as crises políticas e institucionais cíclicas da Guiné-Bissau e, conseqüentemente, construir um Estado de Direito e democrático de fato. Com esse objetivo o autor pensou sobre três principais

projetos que marcaram a história política da Guiné-Bissau: a unidade nacional, o reajustamento e a democracia.

Na perspectiva deste autor, a iniciativa do desenvolvimento e da estabilidade da Guiné-Bissau começou com o projeto da Unidade Nacional de Amílcar Lopes Cabral que visava unir todos os guineenses a volta de uma luta comum em prol do bem-estar social do povo guineense. No entanto, este projeto da Unidade Nacional proposto por Amílcar Cabral foi interrompido a favor de Projeto Reajustador em 1980, quando se deu o primeiro golpe de Estado que derrubou o primeiro presidente da Guiné-Bissau, Luís de Almeida Cabral. E em seguida, a partir dos anos de 1980 a 1994 foram desencadeadas as reformas políticas e institucionais que edificaram a democracia na Guiné-Bissau numa altura em que, segundo Sucuma (2017), a Guiné-Bissau não estava preparada no ponto de vista político e econômico para incorporar os valores democráticos liberais.

Nas suas análises, Sucuma (2017) sublinhou que o subdesenvolvimento da Guiné-Bissau estaria ligado as mudanças da orientação econômica ocorridas logo no início da institucionalização da democracia. A Guiné-Bissau que andava sob orientação ideológica socialista, desde o início da Luta de Libertação Nacional até a implementação da democracia nos de 1990, teve que mudar desse modelo em prol da política liberal que impulsionou profundas mudanças no cenário econômico e político nacional. Para o autor, a falência econômica do país é intrínseca à instabilidade política e, por sua vez, esta última influencia a instabilidade democrática e a edificação do Estado de Direito no país.

Num outro trabalho mais recente, Sucuma (2021) apresentou uma análise sobre os determinantes políticos que interferem de forma sistemática na instabilidade democrática guineense e, por meio da análise das implicações das relações políticas no interior das estruturas do Estado. O trabalho objetivou compreender o impacto dessas relações sobre a estabilidade do sistema democrático. Em relação a este último aspecto, o autor concluiu que a disputa pelo controle do poder estatal entre os atores políticos, os golpes do Estado protagonizados por militares e políticos, assim como o crescimento da pobreza na região, geraram a fragilidade institucional do país no período pós-independência, influenciando de forma negativa o processo de estabilização do regime democrático-liberal no país.

Os autores dos trabalhos apresentados até aqui, abordaram a temática da democracia na Guiné-Bissau a partir dos anos de 1990. Diferentemente desses autores, Koudawo (2001) dedicou-se a entender a democracia na Guiné-Bissau desde o período da revolução conjunta

entre Guiné e Cabo Verde, perpassando pelas independências dos dois países, até após a realização das primeiras eleições multipartidárias que aconteceram em 1994.

De acordo com Koudawo (2001), a Guiné-Bissau teve um desempenho democrático diferente de Cabo Verde. Apesar de comungarem a mesma história, do processo revolucionário até a independência, os dois países trilharam caminhos distintos a partir da sua separação política em 1980 porque, para o autor, na era democrática o Cabo Verde avançou mais no desenvolvimento das instituições democráticas, enquanto a Guiné-Bissau apresentou maiores sinais de desgaste em termos da formação de valores políticos democrático-liberais.

A situação sociopolítica na Guiné-Bissau impulsionou o surgimento de várias interpretações, com bases teóricas distintas, que buscaram entender as causas dos principais problemas políticos do país. Exemplo disso foi o trabalho de Pereira (2016) que procurou entender a aplicabilidade da teoria de Charles Tilly, especificamente sobre a formação dos Estados nacionais, no caso da Guiné-Bissau. Para esse efeito, o autor se debruçou sobre a história de formação estatal nesse país, buscando encontrar elos com a formação do outros Estado nacionais. A partir da sua análise, concluiu que não se pode afirmar que a análise teórica de Tilly contribua para explicar os problemas que envolvem a formação do Estado na Guiné-Bissau, sublinhando a necessidade de estudar a formação estatal nesse país a partir das particularidades desse caso.

Por meio do levantamento bibliográfico realizado foi possível perceber a preocupação dos autores em relação à subversão da ordem constitucional na Guiné-Bissau e o emprego corriqueiro dos golpes de Estado como uma forma de resolver os conflitos políticos.

Ilustrando tal perspectiva, Sousa (2013) analisou o último golpe do Estado na Guiné-Bissau, que ocorreu no mês de abril de 2012. No seu artigo, o autor fez uma reflexão crítica sobre a interrupção da relativa estabilidade democrática no país por meio dos levantamentos militares contra às autoridades democraticamente eleitas. Neste sentido, o autor concluiu que o principal motivo do golpe de Estado de 2012 não tem a ver com a presença dos militares angolanos (Missang) que estavam na Guiné-Bissau para a manutenção da paz, mas o golpe foi implementado com o objetivo de impedir a eleição de Carlos Gomes Júnior que, naquele momento, era o candidato favorito no pleito eleitoral ao cargo do Presidente da República nas eleições de 2012. É, nessa ótica, que Sousa (2012) concluiu que deve haver mudanças das estratégias de resolução dos conflitos políticos na Guiné-Bissau e essas mudanças passariam

pelas reformas profundas nas instituições da Guiné-Bissau, em especial no setor de defesa e segurança, como forma de garantir a estabilidade do sistema político e democrático guineense.

De forma similar, Cordeiro (2009) enfatizou a persistência das características autoritárias no funcionamento do Estado da Guiné-Bissau, mesmo com a adesão ao regime democrático. Para esse autor, é difícil definir se o regime político na Guiné-Bissau é realmente uma democracia, ou se ainda mantém o autoritarismo do Partido Único. É esta dificuldade de caracterizar o regime político que se vive na Guiné-Bissau que o autor chamou de *dança de cadeira entre autoritarismo e democracia*. Dessa maneira, ele buscou identificar como se dão as relações entre civis e militares na Guiné-Bissau.

Além de identificar uma relação de influência mútua entre as partes, Cordeiro (2009) afirmou que do ponto de vista prático a democracia guineense continua confinada nos modos operandi do antigo regime autoritário. Para ele, a única diferença entre autoritarismo e democracia na Guiné-Bissau é o nome do regime político, isso porque a transição política não conseguiu trazer as mudanças significativas em relação ao comportamento das instituições públicas do país. O poder militar ainda se sobrepõe ao poder civil no país, sendo as alianças entre militares e civis uma necessidade resultante do clientelismo e das trocas de favores.

A questão eleitoral faz parte dos temas abordados nos trabalhos analisados, porém em menor escala. Das poucas contribuições encontradas sobre a temática, registra-se o trabalho de Proença (2006) que estudou o comportamento eleitoral guineense no pleito que determinou a vitória de João Bernardo Vieira nas eleições presidenciais de 2005. Na sua pesquisa, o autor tenta responder a seguinte pergunta: quais foram as principais razões que motivaram a maioria do povo guineense para votar no candidato João Bernardo Vieira, que ficou exilado em Portugal por alguns anos por ter perdido a guerra civil de 7 de junho de 1998-1999?

Para responder essa questão, o autor analisou diversos aspectos da trajetória do país (históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos) para concluir que a maioria do povo guineense elegeu João Bernardo Vieira por vários motivos, entre os quais quiçá o principal tenha sido a legitimidade histórica do candidato (que foi quem fez a leitura da carta que proclamou a independência da Guiné-Bissau): um antigo general, muito respeitado nas estruturas das forças armadas da Guiné-Bissau e o componente estrutural da sociedade guineense tangente a geografia do voto étnico que o candidato soube mobilizar junto dos seus apoiantes através das suas estratégias políticas durante campanha eleitoral.

Existe praticamente consenso, nas literaturas consultadas, que na Guiné-Bissau os militares são executores diretos de golpes de Estado que assombram o país. Mas, também, que é impossível ocultar a relação de aproximação entre militares e civis nesse processo, principalmente, representantes de partidos políticos legalizados. Nesse sentido, Cordeiro (2005) procurou entender os principais motivos da crise democrática na Guiné-Bissau a partir de análise sobre a relação entre o poder militar e o poder civil na Guiné-Bissau, indagando especialmente sobre a militarização da esfera política guineense.

Esse autor reitera que a participação direta dos militares no cenário político guineense é influenciada pela classe política civil. Segundo ele, as Forças Armadas são simplesmente usadas por grupos políticos da oposição para derrubarem os governos democraticamente eleitos, dessa forma as intervenções dos militares são cultivadas e apoiadas pelos políticos civis que se encontram fora do governo. Desta forma, é preciso democratizar as Forças Armadas da Guiné-Bissau para conter a sua interferência nos assuntos políticos do país. E isso só será possível por meio de uma política educacional visando conscientizar a classe castrense, também a sociedade guineense em geral, sobre os valores democráticos e da cidadania.

Rui Jorge Semedo, em *O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais*, publicado em 2011, estudou a democracia na Guiné-Bissau a partir do processo histórico de construção do Estado guineense, debatendo as consequências da colonização portuguesa e as suas implicações na construção do Estado democrático. No artigo, o autor examinou o comportamento político do PAIGC durante a primeira, segunda e terceira república, ao mesmo tempo em que recuperou a discussão sobre a ruptura política entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde com o intuito de enxergar os condicionantes das constantes alterações do poder constitucional na Guiné-Bissau.

Nessa ótica Semedo (2011) concluiu que, com adesão ao multipartidarismo, os problemas mal resolvidos durante a época do partido único continuaram a pairar no PAIGC, condicionando o avanço do projeto da construção nacional com a alteração do poder constitucional. Para o autor, a ausência de uma elite política e intelectual capaz de resolver contendas no PAIGC e, conseqüentemente, promover um clima de respeito aos direitos humanos, configura como um dos principais obstáculos da construção da nação, tornando evidente a fragilidade das instituições e da consolidação democrática na Guiné-Bissau.

De modo geral, um regime democrático pode ser avaliado a partir da participação política dos cidadãos nos assuntos de governo do país, tanto de forma direta quanto indireta.

Assim sendo, nesta revisão procurou-se entender as dinâmicas democráticas na Guiné-Bissau a partir das literaturas sobre organizações da sociedade civil e movimentos sociais, tema sobre o qual também se debruçou o politólogo guineense Rui Jorge Semedo, num artigo publicado em 2021.

Na referida obra, Semedo (2021) registrou o posicionamento da sociedade civil na Guiné-Bissau face à crise política e democrática do país. O foco central da observação do autor recai sobre as manifestações e atividades contestatórias organizadas pelos seguintes movimentos: *Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados* (MCCI), movimento *Bassora di Povu*, movimento *O Cidadão* e movimento *Voz do Cidadão do Mundo*.

De acordo com Semedo (2021), estes movimentos surgiram na sequência da crise política e institucional de 2015 que assolou a Guiné-Bissau, na qual o Presidente da República José Mario Vaz, demitiu o primeiro governo da nona legislatura eleito pelo povo guineense e em consequência disso, ele nomeou o novo governo que contava com a liderança da sua própria confiança política. O que acabou por gerar várias ondas de manifestações da população guineense contra a demissão do referido governo que foi eleito a menos de um ano.

A análise de Semedo (2021) objetiva avaliar a contribuição destes movimentos no despertar da consciência cívica e na participação política na Guiné-Bissau. Na primeira parte do seu trabalho, o autor recuperou as discussões em torno do desafio da transição democrática na Guiné-Bissau e, a partir disso, descreveu o contexto do surgimento e os principais efeitos de cada um dos movimentos citados, construindo argumentos sobre essas organizações em diálogo com algumas teorias especializadas, entre elas, as contribuições do Norberto Bobbio (1976) reunidas na sua obra *O conceito de sociedade civil*, a teoria de I. Évora (2015) contidas na sua obra intitulada *Sociedade civil e desenvolvimento em Cabo Verde*, as reflexões do Amílcar Cabral (1977) descritas no seu trabalho intitulado *A prática revolucionária*, etc.

O autor fez também uma reflexão crítica sobre atuação destes movimentos, mas concluiu que essas organizações desempenharam um papel preponderante no desenvolvimento do ativismo político e social na Guiné-Bissau, motivando a participação política dos cidadãos. Lembrando que todas estas organizações cívicas promoveram manifestações e fizeram duras críticas direcionadas aos titulares dos cargos públicos e alguns órgãos da soberania do país.

Semedo (op. cit.), constatou também que, paralelamente a essas organizações da sociedade civil, foram criados outros movimentos opositores, desprovidos de causas sociais e,

supostamente apoiados por novos atores políticos com o objetivo de se autodefender das críticas públicas dirigidas a eles. Por exemplo, *o movimento de apoio à JOMAV; movimento de apoio à Botche Candé; movimento de apoio à Umaro Sissoco Embaló; movimento de apoio pa fidjus di Guiné riba kasa*, que apoiou o regresso do ex-primeiro ministro, Carlos Gomes Junior a Bissau e o *movimento Sol Maior* que apoiou Domingos Simões Pereira. Esses últimos movimentos teriam surgido com o objetivo de dificultar o avanço dos primeiros no fortalecimento de uma consciência cidadã face a violência política e dos direitos humanos na Guiné-Bissau.

Ainda nessa problemática, o sociólogo guineense Miguel de Barros (2020) fez um retrato sobre o que é a sociedade civil no contexto guineense, relatando as dificuldades que as ONGs enfrentam no processo do desenvolvimento do país. Esse autor realçou o papel das organizações não governamentais na construção dos mecanismos de maximização do desenvolvimento social, enfatizando desta forma a participação da sociedade civil no processo de ampliação dos debates democráticos e construção da cidadania guineense.

Ele ainda sublinhou o empenho das Organizações da Sociedade Civil no amparo ao desenvolvimento local e na intervenção nos setores de pouco alcance do Estado guineense. Mas, ao mesmo tempo, reconheceu as dificuldades pelas quais estas organizações passam no terreno das relações que envolvem essas organizações e o próprio aparelho governamental, uma relação difícil em função dos problemas da transição democrática no país.

Apesar de desprover dos recursos financeiros para maximizar todas as ações programadas, a sociedade civil guineense, de acordo com Barros (2020), continua ativa, participativa e comprometida com o desenvolvimento econômico e democrático da Guiné-Bissau. Todavia, o autor também reconheceu a necessidade de financiamento interno para as referidas organizações como forma de protegê-las do financiamento ilícito.

No seu olhar sobre o processo de transição democrático nos países lusófonos (Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe), Manuel Juará (2004) sublinhou profundas contradições e dilemas, a partir de um olhar crítico sobre a influência que os diferentes grupos sociais e étnicos exercem sobre a democracia nesses países. Para o autor, os processos de democratização dos países lusófonos continuarão inacabados até que os desafios econômico, políticos e sociais que estes países enfrentam sejam resolvidos.

Segundo a sua ótica de Juará (op. cit.), a violência política continua latente nos países lusófonos e a democracia é ainda entendida como um processo que se limita apenas ao ato

eleitoral. Isso porque, de acordo com o autor, as diferenças étnicas e socioculturais constituem percalços para a construção de uma identidade nacional da África lusófona, refletindo negativamente sobre a construção nacional desses países. Na opinião do autor, as crises sociopolíticas persistem nesses países porque os mesmos se desviaram da orientação econômica e ideológica que sustentou os processos emancipatórios, aderindo ao modelo político-econômico capitalista através da adesão acrítica ao modelo democrático liberal.

Augel (2007) analisou o contexto contemporâneo da Guiné-Bissau perante o pós-colonialismo e sublinhou um conjunto de desafios culturais e indenitários que deveriam ser superados pelo país. A autora usou os conceitos da nação, identidades e pós-colonialismo para analisar a complexa tarefa de edificação da nação guineense, o que passa necessariamente pelo intercruzamento de diferentes identidades sociais e culturais. Desse modo, ela trabalhou de forma mais explícita as questões das identidades locais a partir de três dimensões: identidade individual, identidade coletiva e identidade cultural. O estudo da autora englobou as dimensões políticas, simbólicas e sociais do processo de formação do Estado e da nação guineense, ressaltando seus desdobramentos em termos do processo de democratização do Estado guineense.

Na literatura sobre a democracia guineense é fácil perceber a preocupação dos autores em relação a busca de respostas - teóricas e práticas – visando explicar a crise democrática na Guiné-Bissau. Por exemplo, Jarju (2019) recuperou o debate sobre golpes de Estado que proporcionou as cíclicas crises políticas na Guiné-Bissau. O autor procurou desvendar as principais causas da instabilidade política e democrática na Guiné-Bissau e quais mecanismos podem ser acionados para a superação definitiva deste fenômeno.

A reflexão do mencionado autor abrangeu os períodos 1980-2018, porém abordou também os principais acontecimentos que marcaram a Guiné-Bissau desde o período da colonização até a era democrática. Segundo ele, a violência política - que começou com a invasão portuguesa, mas passa pela luta armada para a libertação nacional até a guerra civil de 1998-1999 - e a corrupção generalizada são as principais causas dos problemas da instabilidade políticas na Guiné-Bissau. Para ele, o processo colonial português e a luta de libertação nacional da Guiné-Bissau implantaram uma cultura de violência na sociedade guineense. Nesse sentido, o autor recomendou o investimento no processo de reconciliação nacional e interiorização dos valores democráticos no seio da sociedade civil, como a melhor fórmula de superar as divergências políticas no país.

O respeito à legislação e normas institucionais são os pilares do regime democrático, sendo a crise democrática na Guiné-Bissau um retrato dos problemas das leis que edificam as instituições do Estado no país. Assim sendo, a jurista Antonieta Gomes (2011) fez uma análise jurídica, legal e constitucional sobre a intervenção do poder militar nos assuntos políticos da Guiné-Bissau. A autora centralizou a sua análise no papel das Forças Armadas e do poder militar sobre a interrupção da construção do Estado democrático de direito na Guiné-Bissau, abordando sob a perspectiva jurídica os conceitos do poder, poder militar, Estado de Direito, crise socioeconômica e democracia que são empregados no país.

Nas suas conclusões, Gomes (2011) a autora sublinhou que a despartidarização das Forças Armadas da Guiné-Bissau, definida pela Constituição da República, não teve um efeito prático porque os militares guineenses ainda mantem elos de ligação com certos partidos políticos, servindo de obstáculos para a edificação do Estado democrático de Direito. Na visão de Gomes (2011), a consolidação da democracia na Guiné-Bissau somente será possível por meio de uma intrínseca e rigorosa observância e cumprimento dos ditames constitucionais, garantindo a capacidade do diálogo entre as instituições e a sociedade.

Num ângulo de análise semelhante, Viegas (2013) apostou na justiça de transição como meio para a resolução da crise política e para a edificação da paz na Guiné-Bissau. A autora examinou as ações do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS) e a sua influência em relação a promoção de um clima democrático e de confiança no país. Desse modo, ela reconheceu a existência de algumas medidas da ONU em prol da execução da justiça de transição na Guiné-Bissau.

No entanto, para Viegas (2013), o processo histórico pelo que passou a Guiné-Bissau, as formas como medidas não democráticas foram empregadas para a resolução dos problemas, resistem à efetivação dessa justiça. Na sua visão, a transição política guineense está ainda em curso, sendo necessário um grau de institucionalização do Estado para garantir a execução da justiça transicional sem qualquer tipo de vingança ou retaliação.

03. DEMOCRACIA E A HETEROGENEIDADE ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU

Ao longo deste levantamento bibliográfico foi possível perceber que a instabilidade do regime democrático na Guiné-Bissau é causada por diversos fatores que envolvem a história colonial, o processo da luta armada pela libertação nacional, a intervenção militar nos assuntos

políticos, problemas econômicos, a interferência externa nos assuntos internos da Guiné-Bissau, entre outros. No entanto, além dos fatores mencionados, os textos revisados realçam que a vitalidade democrática guineense foi afetada também por lutas internas que envolvem diferentes grupos sociais e étnicos da Guiné-Bissau e que compartilham visões e perspectivas culturais diferentes.

No ponto de vista religioso, a sociedade guineense é composta pelos muçulmanos que tem como líderes os grupos étnicos Fulas, Mandingas e Biafadas. E por outro lado, o país alberga uma massa populacional formada por animistas, liderados maioritariamente por seguintes grupos étnicos: Balantas, Manjacos, Papéis e Mancanha. Além destes, existe um outro grupo social denominado pela literatura revisada por crioulos, que resultaram de um processo de mestiçagem étnica e racial. Estes últimos não se identificam com grupos étnicos e professam em boa parte a religião cristã, (CÓ, 2010, p. 6) e conseqüentemente, são mais assimilados a cultura ocidental.

Várias contribuições dados sobre a situação democrática na Guiné-Bissau apontam que os desafios da consolidação da democracia neste país perpassam pelas dificuldades de harmonizar diferentes percepções e cosmovisões dos grupos étnicos e, conseqüentemente, sintonizá-las com a jovem democracia guineense. Portanto, falar da instabilidade da democracia na Guiné-Bissau pressupõe refletir sobre aspetos sociais, étnicas e culturais do país. Devido a necessidade de situar o leitor(a) é necessário descrever algumas características dos principais mosaicos étnicos guineense.

No seu intitulado *Guiné-Bissau: da Luta Armada à Construção do Estado Nacional— Conexões entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)*, Monteiro (2013, p. 274-275), descreveu as características dos principais grupos étnicos da Guiné-Bissau, considerando os seus aspetos organizativos de seguinte maneira:

Balantas: Uma das mais populosas etnias da Guiné-Bissau, os balantas, principalmente agricultores e criadores de gado, são tidos por expansionistas e dados como um povo algo agressivo. Portugal foi incapaz de os subjugar até 1910. Para os Balantas, “não existe diferenciação na base da propriedade, não havendo autoridade (...) sendo a família o único símbolo de unidade política e social” (Joop, 2003:3), organizam-se em “moranças” dispersas pelo “chão” (as culturas de arroz assim o exigiam).

Manjacos: Conhecidos por migrantes, são um povo de agricultores que na sua génese subsistia da agricultura do arroz, milho e feijão. A criação de gado assume-se, também, como um importante recurso económico. Em termos religiosos, como animistas, rezam aos seus irãs, sendo, no entanto, uma etnia bastante permeável ao cristianismo e ao islamismo.

Papeis: Originários de Bissau, a sua proximidade dos portugueses, antes da independência, conferia-lhes um maior conhecimento da sociedade ocidental, no entanto, deixava-os numa posição mais sensível às agressões portuguesas. Organizados por régulos e clãs (onde apenas um nobre pode exercer o poder regular), são defensores acérrimos do seu “chão” embora, agora, bastantes permeáveis aos migrantes que para lá se deslocam. Os Papeis dão grande importância à família.

Mancanhas: Com reputação de excelentes agricultores, embora se tenham envolvido em conflitos com os portugueses, são conhecidos por serem um povo pacífico e com uma grande vontade de se adaptarem à sociedade moderna. São também conhecidos como os grandes Djambacós.

Bijagós: Uma etnia de marinheiros e agricultores, agora presentes num arquipélago com dezenas de ilhas, foram os últimos resistentes à vaga colonizadora. Apesar da escassez de meios, são excelentes navegadores ganhando prestígio como provocadores de pirataria e naufrágios. Este é um povo ainda pouco influenciado pelas estruturas externas, tal é o seu isolamento, e, embora não se organizem em forma de Estado, usufruem de um sistema social de classes.

Fulas: Segundo Amílcar Cabral (1974), os fulas estão organizados numa “estrutura semifeudalista”. À semelhança de outras etnias, esta é divisível em algumas sub-etnias, os Futa-Fulas, os Fula Forros e os Fula Pretos. Originários do Futa Djalón, os conhecidos Futa-Fulas, expandem-se para a Guiné-Bissau após o estabelecimento franco na Guiné (Conacri), submetendo Beafadas e Mandingas. Os Fulas Forros entraram pacificamente no território misturando-se com as populações rurais, tendo, em alguns casos, estado sob o poder Mandinga e Beafada. Por último, os Fula Pretos, hierarquicamente inferiores, utilizados como escravos, são na sua maioria Mandingas e Beafadas que foram fulanizados/islamizados.

Mandingas: Provenientes do império do Mali, estabeleceram-se naquele que se tornou num dos seus mais importantes reinos, o Kaabu, e de onde outrora dominaram o território bissau-guineense. São agricultores, criadores de gado e comerciantes. Originalmente animistas,

foram islamizados pelos Fulas, desempenhando mais tarde um papel importante na tentativa de islamização da Guiné-Bissau.

Beafadas: Animistas convertidos pelos Islamizados, são na sua maioria agricultores. A constante pressão demográfica dos Balantas, a penetração fula e as consequentes derrotas belicosas que lhes foram impostas, reduziram em muito o seu número. Os Beafadas eram essencialmente um povo de tradições animistas, com uma organização política baseada em régulos e com um sistema agrícola semelhante ao dos Balantas.

Estas descrições revelaram não só as diferenças entre os grupos étnicos na Guiné-Bissau em relação a forma de organização e as crenças religiosas, mas também, enfatiza que a Guiné-Bissau enquanto sociedade é, internamente, formada por diferentes “nações” (etnias). Este fato tem o seu devido impacto sobre os desafios da integração nacional das diferenças indenitárias dos grupos étnicos, confirmando afirmação de C6 (2010) que percebeu que, a semelhança de outros países africanos, e diferentemente da forma como surgiram nações ocidentais, a construção da nação guineense não foi uma iniciativa da sociedade (da base para o topo), pelo contrário foi uma iniciativa do próprio Estado para a sociedade (do topo para a base), (C6, 2010, p. 20).

Calos Lopes está entre os autores que refletiram sobre os desafios da formação do Estado da Guiné-Bissau face a diferentes identidades socioculturais dos seus cidadãos, divididos em vários contingentes étnicos, culturais e religiosos. Lopes (1982) reconheceu os desafios da construção nacional na Guiné-Bissau perante essas diferentes nações (etnias) porque, de acordo com o autor, a administração colonial portuguesa potencializou a segmentação dos grupos étnicos na Guiné-Bissau com a finalidade de facilitar uma política de dominação. Nesse sentido, esse autor evidenciou a necessidade de harmonizar as diferenças étnicas na Guiné-Bissau, o que deveria passar pela criação de um pacto ou projeto nacional guineense específico para esse fim.

Teixeira (2007), ao analisar as principais razões que motivaram sucessivos envolvimento dos militares nos assuntos políticos da Guiné-Bissau, desenvolveu um olhar crítico sobre a situação interna no Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), um ambiente político que foi marcado não só pelo autoritarismo, crises políticas e econômicas, mas também pela disputa interna entre os grupos étnicos. Para o autor, desde o início do processo de transição política as sucessivas interferências dos militares nos assuntos políticos foram resultantes das rivalidades e disputas pelo poder entre diferentes grupos étnicos no interior do PAIGC. Por isso, este investigador sublinhou a necessidade de institucionalização

de partidos políticos guineenses capazes de envolver e representar diferentes segmentos sociais e culturais da Guiné-Bissau no processo de construção nacional. Por isso, para o autor, a estabilidade da democracia na Guiné-Bissau depende da capacidade do governo de controlar os militares por meio da profissionalização das Forças Armadas, algo que reduziria a interferência de questões étnicas sobre essa corporação.

Numa perspectiva semelhante, Djau (2016) examinou a politização das Forças de Defesa e Segurança e os principais motivos da ingerência da classe castrense nos assuntos de cunho político na Guiné-Bissau. O autor contextualizou o quadro histórico da situação política da Guiné-Bissau, confirmando a politização da elite militar guineense, sendo a maior parte da classe castrense vinculada ao Partido da Renovação Social (PRS) por afinidade étnica. No entanto, essa politização criou diferentes grupos rivais (facções) dentro das Forças Armadas da Guiné-Bissau, fazendo dessa instituição um ponto crucial da instabilidade democráticas e políticas no país.

De acordo com seus principais argumentos, o envolvimento dos militares nos assuntos políticos não teve início no período democrático, foi um processo histórico resultante da formação do Estado guineense, que surgiu primeiro como um exército de combate ao regime colonial português e depois se transformou em autoridade civil. Esse processo histórico dificultou a iniciativa de desvincular as Forças Armadas do poder político, tendo em vista que a participação política do segmento militar vem sendo reforçada pelo vínculo criado entre dirigentes de empresas, líderes políticos e os chefes militares, facilitando a efetivação das medidas de deposição de qualquer governo eleito na Guiné-Bissau.

Vários autores que analisaram o processo de construção da nação guineense apontaram a clivagem étnica como um dos principais percalços do processo de democratização. Por exemplo, Monteiro (2013) refletiu sobre isso centralizando seus argumentos no debate em torno dos desafios de mediação de diferentes perspectivas culturais dos grupos étnicos no país, tomando como margem temporal do estudo o período que abrange 1959 até 1994. Dessa forma, a autora relacionou a formação do Estado da Guiné-Bissau com o período da invasão colonial portuguesa que impulsionou a solidariedade e a resistência dos nativos.

Esse processo de resistência ganhou mais força com o projeto de Unidade Nacional fomentado por Amílcar Cabral e Rafael Barbosa. Monteiro, no citado texto, sublinhou que o projeto de construção nacional na Guiné-Bissau ganhou mais sombra durante a luta para independência da Guiné e Cabo Verde, a mesma sombra que perdurou até antes da liberalização

política multipartidária no país. No entanto, a partir de abertura política e o consequente fim do regime do PAIGC enquanto partido único, que deu lugar à concorrência eleitoral, o discurso da Unidade Nacional começou a ser posto em questionamento em função dos discursos populistas do cunho étnico como meio de angariar votos e alcançar o poder político. Ou seja, na Guiné-Bissau o clima democrático foi instrumentalizado visando desagregar a sociedade através da radicalização da divisão entre os grupos étnicos, principalmente em função da polarização ideológicas entre candidatos e partidos políticos.

Desse modo, pensar sobre a democracia no contexto guineense requer refletir sobre a composição étnica das estruturas sociais do país. Isso mereceu a preocupação de Có (2010) que mapeou de forma mais abrangente as estruturas sociais da Guiné-Bissau, apresentando não só as discussões sobre questões étnicas e culturais, mas também mobilizou as informações acerca da composição religiosa do povo guineense. No seu trabalho, o autor buscou compreender como se dá a solidariedade mecânica entre diferentes grupos étnicos e sociais, assim como também os jogos políticos que influenciaram conflitos e consensos no tecido social guineense, destacando as implicações em termos da difusão de conflitos e produção de consensos na construção da nação guineense.

Para Có (op. cit.), os dilemas étnicos na Guiné-Bissau ofuscaram a compreensão dos diferentes problemas sociais que assolam o país, tanto os de índole militar quanto os de natureza civil. Segundo a sua análise, os conflitos interétnicos na Guiné-Bissau têm suas raízes ancestrais na história do país, mas ganharam maior volume durante a época colonial através de estratégia dos colonizadores de “dividir para reinar”.

Esta ideia vai ao encontro dos argumentos de Monteiro (2013) que sublinhou que o processo de luta armada inicialmente revolucionou a solidariedade e a consciência nacional, mas depois da independência, o Estado guineense teve dificuldade de prosseguir com a política de Unidade Nacional internamente. De acordo com Có (2010), a transformação estrutural que ocorreu na Guiné-Bissau, com a implementação do liberalismo político, permitiu a penetração estrangeira nos assuntos políticos e socioeconômicos do país, tendo um impacto negativo sobre a convivência entre as diferentes etnias e, conseqüentemente, no processo democrático.

Portanto, as tensões políticas na Guiné-Bissau abrangem não só simples disputas políticas, o que seria salutar em qualquer ambiente democrático, mas especialmente disputas entre grupos sociais que, de uma forma sutil, tentam a todo custo garantir a sua representação política dentro das estruturas do poder do Estado guineense.

Manuel Jaurá (2009) analisou essa disputa pelo poder político que envolve diferentes grupos sociais a partir de nomenclaturas luso-africanos e etnoculturais. De acordo com o autor, as elites luso-africanas são as elites crioulas, letradas, urbanizadas e fortemente influenciadas pela cultura ocidental; uma elite formada majoritariamente por cabo-verdianos. Por outro lado, as lideranças etnoculturais são lideranças espirituais, tradicionais, representam as etnias que ainda vivem nas tabancas, tendo maior representatividade guineense. Portanto, o conflito entre estes dois grupos sociais é influenciado pela relação de discriminação e subalternização.

De acordo com Jaurá (2009) a maioria dos deputados eleitos nas primeiras eleições realizadas em 1994, pertencem a círculos eleitorais fora dos centros urbanos do país, mas mesmo assim, estes deputados não conseguiram influenciar as tomadas de decisões políticas na Guiné-Bissau porque são subordinados a influência dos deputados eleitos nas zonas urbanas. Para o autor, esta realidade é problemática para a estabilidade política do país, colocando em risco o princípio da proporcionalidade e da representatividade democrática. O investigador acrescentou ainda que o primeiro golpe de Estado que aconteceu na Guiné-Bissau, em 1980, aquele que marcou a ruptura política entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, teria reflexos da disputa entre estes dois blocos (luso-africanos e os etnoculturais). Por isso, o autor recomendou que a questão étnica deveria merecer maior atenção por parte dos estudiosos da democracia na Guiné-Bissau.

A República da Guiné-Bissau é um país internacionalmente conhecido por um histórico de instabilidades políticas e institucionais. A crise política e democrática na Guiné-Bissau imprimiu diversas intervenções internas e externas em busca de soluções para a resolução dos conflitos e crises institucionais. Porém, muitos dos organismos internacionais que participaram desse processo desconhecem da realidade étnica guineense e descartam essa problemática das suas agendas de trabalho. Preocupado com este fato, Soares (2013) procurou entender como a União Europeia (UE) e as Organizações das Nações Unidas (ONU) encaram a questão étnica na resolução de conflitos políticos e sociais da Guiné-Bissau.

Depois de ter feito o enquadramento e a contextualização histórica dos problemas políticos da Guiné-Bissau em relação a intervenção dos militares nos assuntos políticos, Soares (2013) não ignorou os esforços das organizações internacionais em relação a estabilização política e democrática na Guiné-Bissau, mas concluiu que essas organizações, em especial a UE e a ONU, não trabalhavam a dimensão étnica dos problemas políticos do país.

Assim, o autor sublinhou que a etnicidade deveria estar no centro das análises sobre os problemas políticos e democráticos da Guiné-Bissau, devendo merecer uma atenção especial para a resolução dos conflitos no país. Isso porque, segundo o autor, as questões étnicas são frequentemente utilizadas pelos políticos como meio para a conquista e conservação do poder político na Guiné-Bissau, alimentando o que o autor chamou de o populismo na região.

Explorando uma outra dimensão, Salecha (2021) se debruçou sobre o choque entre as diferentes culturas guineenses e o regime democrático, buscando entender a relação entre os valores da a democracia neoliberal e a realidade social guineense. A reflexão do autor assenta na relação do poder entre as autoridades tradicionais guineense e o Estado moderno amparado pela cultura do mercado capitalista. Sobre isso Salecha (op. cit.) sublinhou a contradição entre o regime democrático implementado na Guiné-Bissau e os poderes tradicionais locais. Para o autor, a democracia foi imposta na Guiné-Bissau sem considerar as especificidades socioculturais do povo guineense. Nesse sentido, a resistência social e cultural a esse novo modelo de organização sociopolítica na Guiné-Bissau auxilia a entender a constante instabilidade política no país.

Além de comparar a Guiné-Bissau e Cabo Verde no seu livro, intitulado *Cabo Verde e Guiné-Bissau: As relações entre Estado e Sociedade Civil*, Teixeira (2015) analisou a forma como os valores neoliberais, incorporados pelo Estado moderno da Guiné-Bissau, se sobrepuseram às especificidades socioculturais guineense, gerando inúmeros conflitos, argumento que o autor vem desenvolvendo desde 1998.

Furtado (1998), por sua vez, abordou as trajetórias históricas, políticas e econômicas dos países africanos, analisando as conjunturas em que os mesmos aderiram ao modelo democrático liberal e a presença das corporações internacionais nos assuntos políticos do continente – especialmente, os efeitos e consequências do colonialismo sobre a negação da democracia na África. Dessa forma, o autor apontou vários problemas que condicionaram o avanço democrático no continente, os quais ele convencionou chamar de “teias de relações” que envolvem não só os desafios geopolíticos e socioeconômicos, mas, sobretudo os problemas étnicos que fomentam tensões políticas, sociais e o clima de ódio no continente. De acordo com esse autor, é necessário compreender “as junções exógenas e endógenas” do continente africano para compreender a realidade política e democrática contemporânea do continente. Em relação a intervenção estrangeira em África, o investigador afirma que os apoios financeiros destinados

aos países africanos são duvidosos e apresentam como estratégias políticas e ideológicas que podem pôr em causa as soberanias dos Estados africanos.

Numa outra perspectiva, Kohl (2018) investiga o processo de construção da integração nacional na Guiné-Bissau face aos desafios de agregar diferentes grupos étnicos numa única perspectiva nacional. Esse autor abordou as questões ligadas ao que ele denominou de “as culturas crioulas” que constituem uma base unificadora das diferenças do povo guineense. Ao analisar a resistência do povo guineense em relação a instrumentalização étnica feita pelos políticos durante campanhas eleitorais com a finalidade de angariar maior número de votos, apresenta uma perspectiva mais otimista sobre a possibilidade de manter a coesão entre diferentes grupos étnicos na Guiné-Bissau.

Apesar de reconhecer o alto grau de heterogeneidade étnica na Guiné-Bissau, ele concluiu no seu estudo que a nação guineense é mais forte do que fraca, contrariando uma vasta literatura que sustenta a sua fragilidade. Para sustentar o seu argumento, o autor apontou alguns elementos culturais como a língua, a cultura crioula, a festa do carnaval, etc, um conjunto de elementos que continuam cumprindo o papel de guarda-chuvas da integração nacional das diferentes identidades étnicas e culturais guineense.

Ao longo desta análise bibliográfica sobre a democracia na Guiné-Bissau percebe-se que diferentes autores guineenses e estrangeiros empregaram enormes esforços para diagnosticar as principais causas dos problemas sociopolíticos e institucionais da Guiné-Bissau. No entanto, os arranjos teóricos e empíricos empregados nos textos objetos desta revisão sofreram muita variação em função das áreas do conhecimento dos seus autores. Por isso, se verifica uma mescla analítica que abrange diferentes campos científicos, entre os quais pode-se destacar argumentos de cariz sociológicos, jurídicas, antropológicos e em especial as abordagens consistentes desenvolvidas pelos cientistas políticos.

Essas contribuições revelaram de forma indiscutível um conjunto de problemas estruturais, políticos, sociais, económicos, étnicos e culturais que devem merecer especial atenção para salvaguardar os valores do regime democrático na Guiné-Bissau. Os conteúdos das obras revisadas são relevantes na medida em que enriqueceram o debate sobre a Ciência Política e sobre a democracia na Guiné-Bissau. Os dados apontam que, apesar ter aderido ao sistema democrático a vinte e oito anos (1994-2022) as autoridades políticas da Guiné-Bissau não desvincularam por completo do poder militar, por isso, os militares continuam com o poder de influência sobre as decisões políticas.

Num outro ângulo de análise, os investigadores apontaram a debilidade econômica e a fragilidade das estruturas administrativas da Guiné-Bissau como fatores que facilitam a intervenção estrangeira nos assuntos internos do país através do sistema geopolítico internacional. Este fato coloca em causa de um lado, a questão da soberania da Guiné-Bissau e do outro, a mesma situação impacta o avanço e a dinâmica democrática no país.

04. MAPEAMENTO SOBRE AUTORES E BIBLIOGRAFIAS REVISADAS

Tal como foi referido anteriormente, as quarenta (40) obras analisadas neste trabalho, tratam-se das contribuições científicas de trinta (30) autores que além de terem nacionalidades diferentes, publicaram os seus trabalhos em diferentes momentos, periódicos e em diversos países. Estes investigadores escreveram e apresentaram as perspectivas de análises similares em certos pontos, mas também divergentes em outros. Algumas partem do mesmo ângulo teórico mas chegam conclusões diferentes, outros argumentam sob diferentes horizontes mas convergem nas mesmas conclusões. Adiante, estão apontados alguns aspectos característicos das referidas produções acadêmicas.

Em termo de gênero, foi registrou a maior participação da camada masculina em comparação com a camada feminina, a tabela que se segue ilustra este fato. Essa tabela oferece indícios da grande desigualdade de espaço acadêmico entre homens e mulheres que estudam o tema da democracia na Guiné-Bissau.

Tabela 1: Autores de textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau (gênero).

Gênero dos autores	Quantidade por cada gênero
Feminino	6
Masculino	24
Total	30

Fonte: Elaboração do autor

Aplicando o cálculo percentual sobre esses dados reitera-se que 80% da participação é masculina e 20% da participação é da camada feminina. A pouca participação da camada feminina no caso concreto deste trabalho pode ser pensada na perspectiva de pouca participação das mulheres no debate acadêmico motivada por fatores sociais, econômicas e culturais.

No quesito da titulação acadêmica dos autores apresentados, a maioria deles são portadores de grau de doutorado seguido dos mestres e por fim dos graduados. O seguinte quadro ilustra de melhor forma esse quantitativo.

Tabela 2: Autores de textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau (titulação acadêmica).

Titulação acadêmica dos autores	Quantidade
Doutores	19
Mestres	9
Graduados	2
Total	30

Fonte: Elaboração do autor

Portanto, são dezenove (19) autores com a titulação de doutorado, representando 63,33%; os com grau de mestre são no total nove (9) autores e representam 30%. Enquanto isso, os graduados totalizam dois (2) autores, reservando 6,67%. Essas diferenças se explicam pelas particularidades das publicações acadêmicas que privilegiam a aprovação de artigos científicos de autores com maior formação.

O ambiente de formação, o prisma e matriz do debate teórico são elementos que podem influenciar o modo como um sujeito pode adquirir o conhecimento sobre uma realidade social e conseqüentemente influenciar a sua forma de pensar, interpretar e de produzir/reproduzir o conhecimento científico. Nesta ótica, países de formação superior dos autores de materiais analisados, mereceram uma atenção especial. A tabela a seguir catalogou na ordem decrescente os números dos autores que formaram em cada país.

Tabela 3: Países de formação acadêmica dos autores de textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau

Países de formação acadêmica dos autores	Quantidade por cada país
Brasil	17
Portugal	8
Alemanha	2
França	1
Suíça	1
Inglaterra	1
Total	30

Fonte: Elaboração do autor

Nos seis (6) países pelos quais estão distribuídos lugares de formação dos autores analisados neste trabalho, o Brasil lidera a lista com dezessete (17) autores que correspondem a 56,67%, seguido de Portugal com oito (8) autores que correspondem a 26,67%. Na terceira posição figura a Alemanha com 6,67% que corresponde a dois (2) autores, e por fim a França, Suíça e Inglaterra que contribuíram na formação superior de um único autor por cada país, o

que corresponde, também, a 3,33% por cada país. Chama a atenção que nenhum dos autores que publicaram sobre o tema teve a sua formação realizada em um país africano. Os dois (2) autores que possuem somente graduação realizaram seus cursos no Brasil e continuaram com os seus percursos estudantis em níveis de pós-graduação no mesmo país.

Importa referir que no total de trinta (30) autores ilustrados no texto, a maioria deles são guineenses que totalizaram vinte e quatro (24) autores das obras consultadas, representando 80% dos autores cujo as obras mereceram consultas para este trabalho. Isto demonstra, não só as contribuições do Brasil e de Portugal na formação destes investigadores guineenses, mas também, ilustra a influência que as ciências políticas destes dois países têm sobre a produção do conhecimento voltado a realidade sociopolítica e democrática da Guiné-Bissau.

Um outro elemento importante para sublinhar neste quadro é o fato de o Brasil e Portugal (dois países de língua portuguesa) serem coincidentemente os que mais contribuíram na formação de investigadores dos assuntos sociopolíticos e das temáticas sobre a democracia na Guiné-Bissau que, também, tem o português como a língua oficial. De modo geral, é perceptível que esses países estão ligados pelas relações históricas e culturais marcadas, tanto pela história colonial, quanto pela fortificação dos acordos políticos, diplomáticos e de cooperação nas áreas da educação e do ensino superior depois da independência.

Neste âmbito, se destaca no caso concreto das relações entre Brasil e Guiné-Bissau os dois programas: o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que desde 1981, serviram como principais portes de entrada de jovens estudantes guineense no Brasil. E com a fundação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2010, o acesso ao ensino superior brasileiro pelos guineenses tem crescido de forma significativa, devido a política de internacionalização da mesma universidade voltada para a Comunidade dos Países da Língua Oficial Português (CPLP), na qual integra a república da Guiné-Bissau.

Os textos que foram objetos desta revisão bibliográfica são majoritariamente produzidos pelos professores universitários espalhados um pouco por todo mundo, com maior concentração no Brasil. Só os professores universitários representam 40% dos produtores do conteúdo revisado, ocupando a primeira posição na ordem decrescente com doze (12) autores. Uma boa parte do conteúdo analisado é da autoria de seis (6) autores que, mesmo atuando nos outros setores da vida social, são identificados simplesmente como pesquisadores/investigadores, essa categoria corresponde a 20%.

Na terceira posição figuram os graduados representados por três (3) autores que correspondem a 10%. Também, foram identificados dois (2) autores que se encontram em missões de serviços, desempenhando cargos de embaixadores dos seus países no estrangeiro, os dois correspondem 6,67%. Foi difícil acessar informações de alguns autores pela Internet, em relação as suas ocupações, tornando impossível categorizar os sete (7) autores que representam 23,33% dos investigadores. O quadro a seguir mapeou estas informações de forma resumida.

Tabela 4: Ocupação dos autores de textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau.

Ocupação dos autores	Quantidade dos autores
Professores universitários	12
Investigação científica	6
Estudantes	3
Embaixadores	2
Atuações desconhecidas	7
Total	30

Fonte: Elaboração do autor

Nota-se que nesta tabela, a escala da participação dos professores na produção do conhecimento sobre a democracia guineense é maior em relação a todas as outras categorias, revelando o empenho desta classe na produção científica. No total, dos doze (12) professores universitários registrados na tabela, oito (8) atuam profissionalmente no Brasil. Portanto, além ser um critério para ingressar na vida docente, a produção intelectual de qualidade é uma das exigências para os professores universitários no Brasil, e em especial para os professores das instituições do Ensino Superior Federal. Portanto, este fato teria insinuado os resultados apresentados nesta tabela, elegendo a classe docente em primeira posição.

Os trinta (30) autores analisados neste trabalho atuam em diferentes partes do mundo. Tendo maior concentração no Brasil que alberca um total de oito (8) autores que correspondem a 26,69%. Uma parte considerável destes autores atuam na Guiné-Bissau, representando 20% com seis (6) autores. Portugal figura como terceiro país de atuação dos referidos investigadores, albergando 10% representado por 3 autores. Os países como Estados Unidos de América, Nigéria, África do Sul, Alemanha, Angola e Gambia albergam apenas um (1) autor cada, que corresponde a 3,33% respectivamente. Por último, tornou-se impossível acessar os países de atuação dos sete (7) outros autores por falta de dados. Estes últimos representam 23,33% dos trinta (30) investigados, tal como ilustra tabela a seguir.

Tabela 5: Países onde atuam os autores dos textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau

Países de atuação dos autores	Quantidade por cada país
Brasil	8
Guiné-Bissau	6
Portugal	3
Estados Unidos	1
Nigéria	1
África do Sul	1
Alemanha	1
Angola	1
Gambia	1
Outros países de atuação desconhecido	7
Total	30

Fonte: Elaboração do autor

Sobre a tabela anterior cabe ainda sublinhar que pelo menos 1/3 dos autores que publicaram sobre o tema se encontram trabalhando no continente africano. Contudo, isoladamente o Brasil é o principal mercado de trabalho desses autores fora da região africana. Assim sendo, este quadro revelou a contribuição e a influência que a ciência política brasileira exerce sobre a produção do conhecimento sobre a democracia na Guiné-Bissau. Porque além de o Brasil ter contribuído na formação da maioria dos pesquisadores da democracia guineense, também, a maioria dos autores das obras analisadas são residentes e atuantes profissionais no território brasileiro. Também cabe mencionar que, depois do Brasil e da Guiné-Bissau, o principal mercado de trabalho desses autores é a antiga metrópole colonial (Portugal).

A contribuição brasileira para a produção de conhecimento sobre a democracia na Guiné-Bissau pode ser vista em várias categorias de análises feitas neste trabalho. Por exemplo, ao analisar as revistas/periódicos com maior número de publicações sobre a democracia guineense, as revistas brasileiras lideram a lista com vinte e um (21) publicações no universo de quarenta (40) obras analisadas, compondo 52,5% das publicações analisadas.

E, tal como já foi salientado, a influência histórica, acadêmica e cultural de Portugal sobre a sociedade guineense elevou este país ao segundo lugar em termo das revistas com maior número de publicações sobre a democracia guineense com quinze (15) publicações representadas por 37,5%. Em revistas guineenses foram encontradas três (3) obras publicadas, que correspondem a 7,5%, e por fim foi encontrada uma na revista francesa onde foi publicado um artigo, o que corresponde a 2,5% do total de produções. A tabela a seguir resume as informações sobre esse aspecto.

Tabela 6: Nacionalidade das revistas onde foram publicados textos acadêmicos sobre a democracia na Guiné-Bissau.

Revistas de publicações	Quantidade de publicações
Revistas brasileiras	21
Revistas portuguesas	15
Revistas guineense	3
Revistas francesas	1
Total das publicações	40

Fonte: Elaboração do autor

Nas análises feitas, percebe-se que o ambiente político e democrático que marcou Guiné-Bissau em períodos diferentes influenciou a produção científica sobre a democracia no país, não só pela quantidade das obras publicadas, mas também pelo conteúdo abordado em cada publicação. A tabela que se segue é criada com objetivo de refletir sobre a quantidade das publicações feitas em cada período.

Tabela 7: Quantidade de artigos publicados sobre a democracia na Guiné-Bissau.

Períodos de publicações	Quantidade das publicações
Antes de 2000	4
Entre 2001 a 2010	12
Entre 2011 a 2023	24
Total	40

Fonte: Elaboração do autor

Como se pode constatar, a tabela divide os anos de publicação dos trabalhos em três períodos: os trabalhos publicados antes de 2000, os que foram publicados entre 2001 a 2010 e os mais recentes publicados entre 2011 a 2023. Neste levantamento foi registrado quatro (4) trabalhos publicados sobre a democracia na Guiné-Bissau antes do ano 2000, o que correspondem 10%. Estas obras apresentaram horizontes divergentes em termos das conclusões dos seus autores, mas todos abordaram questões ligadas a luta de libertação nacional; o primeiro golpe de Estado que aconteceu em 1980; o primeiro processo eleitoral da Guiné-Bissau realizadas em 1994; e, finalmente, sobre o primeiro golpe de Estado no período democrático que desembocou na guerra civil de 1998 a 1999, assim como sobre o desafio de formação do Estado e da nação guineense.

Já entre 2001 a 2010 as publicações sobre a situação da democracia na Guiné-Bissau cresceram de forma exponencial, saindo de quatro (4) publicações anteriores para doze (12) obras publicadas em diferentes revistas internacionais, representando 30% de quarenta (40)

publicações analisadas. As contribuições deste período inovaram a discussão em torno do processo democrático guineense, tendo foco de análise sobre as crises políticas e institucionais, a transição democrática, o golpe de Estado contra o Presidente Koumba Iala, a liquidação física das figuras públicas e políticas do país, com destaque sobre os assassinatos de 2009 que vitimaram mortalmente o Presidente da República, Nino Vieira e o Chefe do Estado Maior da Forças Armadas, general Tagme Na Wae. Por outro lado, as produções feitas entre 2001 a 2010 levantaram algumas críticas conceituais sobre as abordagens anteriores, constatando que poucos trabalhos abordaram temáticas relacionadas à sociedade civil, a participação política e a democracia sob a ótica da realidade guineense formatada por vários grupos étnicos.

No terceiro período, que compreende o intervalo temporal de 2011 a 2023, aumentou ainda mais o número de produções sobre a realidade da democracia na Guiné-Bissau. Os dados exibidos na tabela revelam um total de vinte e quatro (24) obras publicadas neste período, o que correspondem a 60% desta revisão. Nesta terceira vaga de debates teóricos e empíricos sobre a democracia guineense, sugeriram temáticas que não só recuperaram de forma crítica os debates sobre a história política da Guiné-Bissau, mas ao mesmo tempo analisaram os comportamentos dos partidos políticos, a crise da democracia, a intervenção dos militares nos assuntos políticos, as relações entre órgãos da soberania, a formação da elite política e outras temáticas que apresentam perspectivas abrangentes, envolvendo aspetos históricos, econômicos e socioculturais do país.

Importa referir que a maioria destes trabalhos que compõem o terceiro bloco de publicações foi produzido e publicado pelos investigadores e estudantes guineense no Brasil. Os autores das referidas obras, apoiados por um lado nas instituições federais do ensino brasileira e, pelo outro na análise das obras de referência anteriores sobre a democracia na Guiné-Bissau, apresentaram reflexões e argumentos com maior consistência teórica em relação ao processo de democratização da sociedade guineense.

Os trabalhos desenvolvidos no Brasil sobre a democracia na Guiné-Bissau foram produzidos num contexto em que o país já conheceu vários sobressaltos democráticos e institucionais, marcadas por vários golpes de Estados, entre eles: Golpe de Estado que aconteceu em 1980 e que derrubou o governo de Luís de Almeida Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral e o primeiro presidente da Guiné-Bissau), o golpe de Estado de 1998-1999 que derrubou o governo de João Bernardo Vieira (o primeiro presidente democraticamente eleito), o golpe de Estado de 2003 que determinou a queda do presidente Koumba Iala e o golpe de

Estado de 2012 que interrompeu o processo eleitoral de 2012 e destituiu o governo liderado por Carlos Gomes Junior.

Portanto, os autores das 24 obras analisadas registraram todo este contexto de sucessivos golpes militares e de vários assassinatos a mãos armadas. Neste sentido, se percebe que, tal como nos períodos anteriores, o contexto sociopolítico da Guiné-Bissau influenciou a forma de abordagem dos autores das obras produzidas entre 2011 a 2023. E, por esta razão, a maioria dos trabalhos publicados ultimamente sobre a democracia na Guiné-Bissau tendem a buscar respostas teóricas e empíricas para explicar as principais causas e implicações do não-avanco da institucionalização do regime democrático no país.

Ao longo desta análise é possível perceber que as causas da crise da democracia na Guiné-Bissau perpassam por vários segmentos políticos, militares, sociais, econômicos, étnicos e culturais. Perante essas variáveis, a necessidade de encontrar respostas científicas para explicar este fenômeno condicionou os autores das obras revisadas a refletirem sob uma perspectiva multitemática. Esse fato dificultou a definição das tipologias de abordagens feitas pelos autores. Ou seja, muitos trabalhos tentaram dar conta dos problemas da democracia na Guiné-Bissau, abordando várias temáticas de forma intercalada. Apesar disso, a tabela a seguir é um esforço para representar, de forma resumida, as questões centrais das abordagens predominantes nos textos analisados.

Tabela 8: Temática central dos artigos publicados sobre a democracia na Guiné-Bissau.

Temática	Quantidade de obras
Abordagem sobre transição democrática	10
Estado e governo (executivo, legislativo ou judiciário)	8
Abordagem na ótica dos grupos étnicos	7
Abordagens teórica e multitemáticas	5
Abordagem sobre elites políticas	4
Abordagens Sociedade civil ou movimentos sociais	3
Abordagens sobre os Partidos políticos e eleições	3
Total das abordagens	40

Fonte: Elaboração do autor

Em ordem crescente estão apresentadas as categorias pelas quais o discurso contido em cada produção científica segue. As obras que abordam a transição democrática lideraram a lista com dez (10) publicações que representam 25%. Na segunda posição figurou oito (8) referencias que debatem as temáticas ligadas ao Estado e governo (executivo, legislativo ou judiciário) com 20%. A terceira posição ficou reservada para sete (7) referências que

representam 17,5% das obras dos autores que procuraram entender a dinâmica do processo democrático na Guiné-Bissau a partir das questões que envolvem grupos étnicos. Foi constatado, também, que 12,5% das obras representadas por cinco (5) publicações pertence aos investigadores que contribuíram com teorias multitemáticas para a compreensão da democracia guineense. Os estudos feitos sobre elites políticas com quatro (4) obras publicadas reservaram 10% na tabela. Os trabalhos que abordaram as temáticas inerentes a sociedade civil/movimentos sociais contribuíram com três (3) obras que correspondem a 7,5%. E, por fim, as obras que tratam das temáticas relacionadas aos partidos políticos e as eleições, figuram também com três (3) artigos que representam 7,5%.

Mais do que um simples instrumento de projeção dos números das produções científicas sobre a democracia na Guiné-Bissau, esta última tabela, assim como todas as outras, é passível de interpretação múltipla e, por meio dela, é possível deduzir novos elementos para este trabalho. Por exemplo, a tabela revela que mais de cinquenta por cento (50%) das obras publicadas sobre a democracia na Guiné-Bissau debateram as temáticas inerentes a transição democrática, Estado, governo e os grupos étnicos.

É óbvio que as linhas de abordagens com menor quantidade representadas na tabela contribuem de forma considerável para o agudizar dos problemas políticos e democráticos na Guiné-Bissau. Mas, a maior concentração das reflexões dos estudiosos da democracia guineense sobre as temáticas ligadas a transição política, Estado, governo e grupos étnicos, pode ser justificada pelo fato de estes setores serem os principais implicados na constante instabilidade política da democracia na Guiné-Bissau.

05. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos científicos analisados neste trabalho constituem suporte importante para a interpretação dos problemas democráticos da Guiné-Bissau, buscando explicar de forma concisa as tensões políticas no país a partir da exposição intercalada e interpretativa das ideias centrais das obras científicas sobre a democracia guineense.

Ao longo deste trabalho foram exibidas várias concepções de autoria dos investigadores guineenses e não guineenses que contribuíram de forma significativa para a compreensão dos problemas que assolaram o sistema político do país em questão.

Pode-se concluir que os textos analisados assinalam possibilidades da edificação do sistema democrático através da potencialização das ações dos movimentos da Sociedade Civil, mas ao mesmo tempo, reconhecendo a profunda complexidade da sociedade guineense, fortemente, influenciada pelo autoritarismo e violência colonial herdada pelas novas autoridades guineenses depois da independência. Esse fato enfraqueceu as instituições democráticas da Guiné-Bissau e transformou o regime democrático guineense num campo de batalha armada, de assassinatos de perseguições políticas e de realizações de golpes do Estado.

Em suma, os artigos analisados apontam que a crise democrática na Guiné-Bissau relaciona-se com diversas variáveis, entre elas, cita-se: a conjuntura sociopolítica em que foi institucionalizada a democracia liberal na Guiné-Bissau, com base na influência econômica internacional; a natureza autoritária do Estado guineense associado ao poder militar; instrumentalização pelas organizações políticas partidárias do aparelho do Estado guineense; violência política; fragilidade institucional acompanhada de nepotismo e series dos problemas tangentes a disputas políticas entre grupos étnicos e tribais.

Com base neste pressuposto, perche-se que a democracia guineense enfrenta um conjunto de desafios que fizeram com que o país se tornasse num regime mais autoritário do que democrático. Do ponto de vista da cultura política, durante os 28 anos da democracia guineense persistiram práticas antidemocráticas que deram origem a uma cultura política específica guineense caracterizada por comportamentos que resistem a soberania popular guineense. Nesse sentido, este trabalho pretende contribuir para abrir o debate sobre o enraizamento de valores políticos autoritários na sociedade guineense, alguns deles relacionados com a divisão étnica presente no país, que dificultam o enraizamento das instituições democráticas.

No capítulo de mapeamento sobre autores e bibliografias revisadas percebe-se que as produções científicas sobre a situação democrática na Guiné-Bissau contaram com uma forte influência da ciência política brasileira. De acordo com os dados apresentados na seção anterior, a maioria dos autores que debruçaram sobre a democracia guineense tem formações de níveis superiores nas Instituições de Ensino Superior brasileiras e, além disso, muitos atuam e desenvolvem as suas atividades profissionais no Brasil.

Essa notável contribuição da ciência política brasileira sobre a democracia na Guiné-Bissau é verificável também em alguns países africanos com destaque para Moçambique, de acordo com os dados apresentados pela Xavier-Zeca (2019). Segundo a autora, os estudos da

ciência política moçambicana fluíram a partir dos anos dois mil com o amparo científico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que formaram vários profissionais na área. De acordo com autora, os debates em torno da ciência política moçambicana focaram na análise sobre o processo democrático, a formação do Estado e a governação local, (XAVIER-ZECA, 2019, p. 226).

O predomínio da Ciência Política brasileira na produção do conhecimento sobre a situação democrática na Guiné-Bissau explica-se por dois principais motivos: **a)** a política de internacionalização da Educação brasileira através de dois programas (PEC-G e PEC-PG) e da UNILAB; **b)** a debilidade do sistema de educação guineense animada por constantes instabilidades políticas e socioeconômicas do país. Ainda neste quadro interno da Guiné-Bissau, nota-se que o Estado guineense herdou, do sistema colonial, uma agenda da governação baseada numa política educacional tecnicista que, ao longo dos tempos, priorizou a formação dos profissionais das áreas exatas, minimizando os esforços na formação dos cientistas políticos e dos profissionais de outras áreas humanas tais como sociologia, história, antropologia, etc. Além desses aspectos, as relações históricas, culturais e a questão da língua portuguesa que uniram os dois países, constituem vantagens para os estudantes guineenses no Brasil.

Para finalizar gostaria de fazer uma rápida reflexão sobre como vejo a importância do trabalho realizado. Em termos da minha formação, este trabalho é importante porque me permitiu aprofundar as leituras sobre a democracia e a história política da Guiné-Bissau. Por meio dele potencializei as minhas reflexões em relação aos principais fatores que há muito tempo influenciaram e continuam a influenciar a instabilidade do regime democrático na Guiné-Bissau, ampliando, desta forma, os meus horizontes em termos da interpretação da realidade sociopolítica guineense.

São várias leituras que fiz para construir este trabalho, as mesmas leituras contribuíram de forma significativa para o meu acúmulo do conhecimento sobre a situação política guineense. Durante o processo da investigação eu tive a oportunidade de enxergar que os entraves da consolidação da democracia na Guiné-Bissau têm uma vasta proveniência e perpassam, principalmente, a história da colonização portuguesa, a guerra de libertação nacional, a formação do Estado guineense e a intervenção militar nos assuntos políticos em diálogo com aprestos socioculturais internos do país.

Em termos da ciência política guineense este trabalho é importante na medida em que contribuiu para o debate sobre a instabilidade da democracia e demais problemas institucionais

na Guiné-Bissau. Além de propor uma reflexão mais acrescida em relação as principais obras produzidas sobre a democracia na Guiné-Bissau, este trabalho analisou também os perfis dos autores – uma perspectiva de análise pouco priorizada nos textos já produzidos sobre a democracia guineense.

Nos textos analisados percebe-se que várias das discussões sobre a situação política na Guiné-Bissau privilegiaram os aspetos históricos do país, a transição política, golpes de Estado feitos por militares e demais transgressões dos aspetos normativos da democracia guineense. Esta dissertação tentou inovar a discussão em relação aos problemas sociopolíticos e democráticos na Guiné-Bissau, contribuindo no desenvolvimento dos debates sobre a heterogeneidade cultural que caracteriza diversos grupos étnicos guineenses. E sobre este assunto, o foco de análise recaiu sobre a relação sociopolítica entre os referidos mosaicos étnicos no país e a forma como essa diversidade sociocultural relaciona com o modelo político e democrático liberal no país.

Neste sentido, busquei contribuir para a formulação de uma nova forma de caracterizar os problemas relacionados com a consolidação do regime democrático na Guiné-Bissau, privilegiando o diálogo entre as instituições democráticas estatais e a compreensão da natureza dos padrões socioculturais geracionais da Guiné-Bissau. Sempre lembrando que “uma cultura política se constrói por meio de uma conjugação entre a dimensão formal de regulação de relações sociais e a qualidade e natureza dos valores que são transmitidos de geração a geração”, (BAQUERO, et al, 2019, p. 45).

Ademais, busquei ajudar na compreensão da cultura política e as mudanças dos valores no sistema democrático guineense, e conseqüentemente, traçar aspectos de uma interpretação das principais causas instabilidade democrática neste país a partir dos debates propostos pela literatura especializada. Assim sendo, busquei contribuir para o enriquecimento do debate em relação a democracia na Guiné-Bissau sublinhando o quanto a internacionalização dos valores democráticos, associada às questões econômicas, deturparam o regime, uma vez que “[...] a democracia como um sistema político hegemônico no Ocidente pode ser entendida como uma espécie de simbiose com o capitalismo, isto é, uma relação imbricada com os valores do sistema econômico, (CASTRO e RANINCHESKI, 2013, p. 117). Além de descortinar a influência política e econômica internacional sobre o sistema democrático na Guiné-Bissau, esta dissertação visou contribuir para sintetizar as informações dos textos estudados, dentro de uma

estrutura clara que facilitou a compreensão das principais linhas de abordagens através de apreciação e simplificação dos seus conteúdos.

06. REFERÊNCIAS

A AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nações, identidades e Pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BAQUERO, Marcello. BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no sul do Brasil**. Brasília, E-legis. Vol. 12, ed. 28 Jan/Abr, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/aeEJt>. Acesso em: 01/03/2021.

BARROS, Miguel de. **A sociedade civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)**. Africana Studia, Porto-PT, Edição nº 18 (2012), p. 71-82, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7397>. Acesso em: 14/12/2021.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. **O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau**. Araraquara. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, Ed. nº. 23 (2017), 2017. Disponível em: <https://abrir.link/4U41I>. Acesso em: 04/02/2023.

BWOCK, Mahyona Fernandes. **A crise política na Guiné-Bissau 1998-2012**. UnB. Instituto de ciência política, 2016. 65 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/IXbUv>. Acesso em: 15/12/2022.

CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Vol. 5. Lisboa, Occasional Papers, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2434>. Acesso em: 14/06/2022.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. Paris, 2ª Edição. Lusotopie, 1995. Disponível em: <https://abrir.link/Jx1TT>. Acesso em: 20/12/2021.

CARVALHO, Celisa dos Santos Pires de. **Guiné-Bissau: a instabilidade como regra**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governança) – Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://abrir.link/AN5tO>. Acesso em: 20/10/2022.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. e RANINCHESKI, Sonia. A internacionalização da democracia: a universalização dos valores liberais. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 116–133, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/19968>. Acesso em: 7/7/2021.

CÓ, João Ribeiro Butiam. **Representação e confinamento de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos**. 1ª Edição, Lisboa, SOCIUS working papers, 2010. Disponível em: <https://abrir.link/sUbeX>. Acesso em: 12/02/2023.

CORDEIRO, Roberto Sousa. **Dança de cadeira: Golpes de Estado entre Autoritarismo e a Democracia guineense**. p. 1-21, 2009. Disponível em: <https://www.didinho.org/Arquivo/Dancadecadeira.pdf>. Acesso em: 09/06/2022.

CORDEIRO, Roberto Sousa. **Guiné-Bissau: entre as sombras do militarismo e da impunidade**. p. 1-13, 2005. Disponível em: <https://shre.ink/1PBR>. Acesso em: 16/05/2022.

DJAU, Malam. **Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau: Uma análise da elite militar**. 2916. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/5jSYc>. Acesso em: 09/09/2022.

FLICK, Uwe. **Método de pesquisa: Introdução a pesquisa qualitativa**. Vol. 39, Artmed., 3ª Edição. Porto Alegre, 2009.

FURTADO, Cláudio. **Democracia em África: Possibilidades e limites**. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. **Revista África**, [S. l.], n. 20-21, p. 199-217, 1998. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i20-21p199-217. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/afrika/article/view/75133>. Acesso em: 9 mar. 2022.

GOMES, Antonieta. **O poder militar e a desedificação do Estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau**. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2347>. Acesso em: 07/10/2021.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. Editora: Ática S. A. São Paulo–SP, 1994.

JARJU, Abdou. **A instabilidade crónica da Guiné-Bissau: do Golpe de Estado de 1980 a 2018**. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/28133>. Acesso em: 08/09/2022.

Jaurá, Manuel. **África: A frágil democracia e sinais de autoritarismo**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: Velhos e novos desafios. Florianópolis-SC, p. 27-21, 2015. Disponível em: <https://abrir.link/hoKuW>. Acesso em: 06/11/2022.

Jaurá, Manuel. **Dilema de transição política na África Lusófona: de uni para pluripartidarismo**. Coimbra, 2004. Disponível em: <https://abrir.link/5D3Ro>. Acesso em: 25/07/2022.

Jaurá, Manuel. **Os luso-africanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau**. Revista África, 2009, 24-26: 119-145. Revista África, [S. l.], n. 24-26, p. 119-145, 2009. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i24-26p119-145. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/afrika/article/view/73949>. Acesso em: 11/04/2022.

KOHL, C. **Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau**. Tensões Mundiais, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 39–71, 2018. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v7i13 jul/dez.587. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/587>. Acesso em: 10/08/2021.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. Volume 14, Edição n.14, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), p. 230, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Florianópolis-SC, vol. 10, p. 37-45, Revista katálysis, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004A>. Acesso em: 26/02/2023.

LOPES, Carlos. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Edições 70, 1982.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau**. Vitória, vol. 1, n. 2, p. 43-56, Almanaque de Ciência Política, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/17323>. Acesso em: 19/08/2022.

MENDY, P. K. et al. **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. 2ª edição, Bissau – Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), 1996.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné Portuguesa Versus Guiné-Bissau: A Luta Da Libertação Nacional e o Projeto De Construção Do Estado Guineense**. A Cor das Letras, [S. l.], v.

12, n. 1, p. 223–238, 2017. DOI: 10.13102/cl.v12i1.1494. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1494>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da Luta Armada à Construção do Estado Nacional–Conexões entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)**. 2013. 189 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://abrir.link/R68Mo>. Acesso em: 25/05/2022.

PEREIRA, Fela Armando. “**Processo de formação do estado em Guiné-Bissau (1974-2012): Uma análise teórica à luz de Charles Tilly**”. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167960>. Acesso em: 12/12/2022.

PROENÇA, Carlos, E. M. S, et al. “**A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil**”. Lisboa. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa – Documentos de Trabalho nº 70, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/1395>. Acesso em: 20/01/2023.

PROENÇA, Carlos, E. M. S. **As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau no período de 1986-2001**. 2003. 848 f. Tese (Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, na especialidade de Política e Relações Internacionais em África), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário Lisboa, Lisboa, 2003. Disponível em: <https://publikationen.uni-frankfurt.de/frontdoor/index/index/docId/21242>. Acesso em: 29/12/2022.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea**. 2ª Edição, Recife-PE, Vol. 24, p. 13-45, Revista Política Hoje, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/IwLNI>. Acesso em: 10/01/2020.

SALECHA, Amissão. **A questão democrática na Guiné-Bissau: tensões entre identidades étnicas e o Estado nacional no contexto pós-colonial**. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14310>. Acesso em: 06/08/2022.

SANTY, Amílcar Rodrigues Afonso. **Avanços e impasses no processo de transição política em Guiné-Bissau (1993-2009)**. 2009. 51 f. Trabalhos de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18999>. Acesso em: 15/06/2022.

SEMEDO, Rui Jorge. «**Ativismo Político-social e Crise Institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo**». Vol. 40, p.13-36, Cadernos de Estudos Africanos, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/5200>. Acesso em: 13/03/2022.

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais**. EUCE. Fortaleza-CE, v. 7, Ed. 13, p. 95–136, Tensões Mundiais, 2011. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/588>. Acesso em: 10/04/2022.

SEMEDO, Rui Jorge. **PAIGC-A face do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. 1ª Edição. Coleção: Ensaio e Debates, p. 197. Nimba Edições, 2021.

SOARES, Tiago Luís Rodrigues de Castro. **Desafios à paz na Guiné Bissau: o papel da etnicidade na reforma do setor de segurança**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais, na

especialidade de Estudos da Paz e dos Conflitos) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra-PT, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/24716>. Acesso em: 21/12/2021.

SOUSA, Angélica Silva de. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Monte Carmelo-MG, Vol. 20, Ed. 43: Cadernos da FUCAMP, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 10/09/2022.

SOUSA, Julião Soares. **Guiné-Bissau: a destruição de um país. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional**. Coimbra-PT. 1ª edição, Coimbra Editora, 2012.

SOUSA, Miguel Girão de. **Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança**. Lisboa-PT. V ol.1, 8ª edi. p. 89-119, Lusíada, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11067/1024>. Acesso em: 18/05/2022.

SUCUMA, Arnaldo. **Breve histórico sobre a construção do estado da Guiné-Bissau**. Recife-PE. Vol. 9, Edição 9 (2012). Cadernos de História UFPE, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110099>. Acesso em: 29/07/2022.

SUCUMA, Arnaldo. **Política e Democracia na Guiné-Bissau pós-colonial**. Vol. 46, Edição: 2 (2021), p. 37-70. Africa Development - CODESRIA Journals, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48628293>. Acesso em: 05/05/2022.

TEXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: As relações entre Estado e Sociedade Civil**. Recife-PE. 23ª edição, p. 519. Editora UFPE, 2015.

TEXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Tiro na democracia: uma análise sobre o processo de transição democrática na Guiné-Bissau, 1994-2007**. Brasil – 2007. Disponível em: <https://abrir.link/RiQEep>. Acesso a em: 2/12/2022.

VIEGAS, Claudina Augusta Tavares. **Justiça de transição na Guiné-Bissau: o papel das operações de manutenção da paz**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://abrir.link/uI96X>. Acesso em: 10/08/2022.

XAVIER-ZECA, Kátia Sara Henriques. **A construção acadêmica da Ciência Política em Moçambique: formação e perfil**. Caruaru-PE, vol.2, ed. 7, Revista Debates Insubmissos, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/242605/34295>. Acesso em: 19/02/2023.